



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura

Número: 75

IV Sessão Legislativa

Horta, Sexta-feira, 9 de Fevereiro de 1996

Presidente: Deputado Humberto Melo.

Secretário: Deputados Gaspar da Rosa e Hélio Pombo.

SUMÁRIO

Os trabalhos começaram pelas 10.05 horas.

No prosseguimento da discussão do Plano e Orçamento da RAA para 1996, intervieram os seguintes Srs. Deputados:

Gastão Barbosa Pacheco (*PSD*), Manuel António Martins (*Ind*), Fernando Lopes (*PS*), Rui Melo (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Gonçalo Botelho (*PSD*), Manuel Serpa (*PS*), bem como os Srs. Secretários da Agricultura e Pescas, (*Adolfo Lima*) e da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Jaime Medeiros*).

Tendo terminado a discussão dos documentos acima mencionados, passou-se de imediato à votação dos mesmos, não sem antes os Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Carlos César(*PS*) e Victor Cruz (*PSD*), e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional (*Madruga da Costa*), terem usado da palavra a fim de proferirem as intervenções finais.

O Plano e Orçamento da RAA para 1996, foram aprovados, na generalidade e na especialidade, por maioria, ou seja, com os votos favoráveis do PSD e os votos contra da oposição presente.

Para declaração de voto usou apenas da palavra o Deputado Jorge Valadão (*PSD*).

Posteriormente, passou-se à apreciação da restante ordem do dia. Assim sendo, foram discutidos e aprovados os seguintes diplomas:

1.º - Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução relativa à "**Prevenção da Sida**" que foi aprovado por unanimidade.

Sobre este assunto usaram da palavra os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (*PS*) e Paulo Valadão (*PCP*).

2.º - Proposta de Resolução sobre "**Endividamento da RAA para 1996**", tendo a mesma sido aprovada por maioria, tanto na generalidade como na especialidade.

3.º - Proposta de Resolução sobre "**Fixação do Limite de Avais a conceder pela RAA em 1996**", tendo sido a mesma aprovada por maioria.

4.º - Proposta de DLR sobre "**Alteração das normas que regulamentam os concursos de pessoal docente dos ensinos básicos (2.º e 3.º ciclos) e secundário**".

Usaram da palavra sobre este assunto, os Srs. Deputados Francisco Sousa (*PS*) e Fátima Oliveira (*PSD*).

O presente diploma foi aprovado por unanimidade, na generalidade e na especialidade.

5.º - Proposta de DLR sobre "**Medidas Cautelares para a Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas**", tendo usado da palavra os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (*PS*) e Victor Evaristo (*PSD*).

A referida proposta foi aprovada, na generalidade e na especialidade, por unanimidade.

6.º - Proposta de DLR sobre "**Linha de Crédito a curto prazo para a agricultura**".

Sobre esta proposta intervieram os Srs. Deputados Fernando Lopes (*PS*), António Almeida (*PSD*) e Manuel António Martins (*Ind*), tendo sido a mesma aprovada por unanimidade, quer na generalidade quer na especialidade. Acordou-se ainda, por unanimidade, que a referida proposta passaria a ter a designação de "**Sistema de**

bonificação às linhas de crédito de campanha de curto prazo para a agricultura, pecuária e silvicultura", conforme proposta da Comissão competente.

7.º - Proposta de Resolução sobre a "**Conta de Gerência da ALRA de 1994**", tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

8.º - Proposta de Resolução sobre "**Elaboração dos Relatórios sobre a Prevenção da Sida nos Açores**". Sobre este diploma usaram da palavra os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (*PS*), Rui Melo (*PSD*) e Paulo Valadão (*PCP*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Madruga da Costa*), tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

9.º - Proposta de Resolução sobre "**Participação de um representante da ALRA no grupo de trabalho de preparação de uma Lei de Finanças Regionais**", subscrita pelos grupos parlamentares com assento na ALRA.

Sobre este assunto usaram da palavra os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*) e Victor Cruz (*PSD*), tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

10.º - **Eleição de um representante da Região no Conselho de opinião da RDP**, indicando o Partido Social Democrata o cidadão José Pacheco de Almeida, tendo sido o mesmo eleito com 25 votos a favor, 18 votos contra e uma abstenção.

Ainda antes do término dos trabalhos foi aprovada, por unanimidade, uma Proposta de Resolução, oriunda da Mesa da ALRA, "**declarando findo o período legislativo de Fevereiro**".

(Os trabalhos terminaram às 20.00 horas)

Presidente: Srs. Deputados bom dia.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

(Eram 10,00 horas).

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: PSD - Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Almeida, Artur Martins, Aurélio da Fonseca, Carlos Morais, Carlos Silva, Fátima Oliveira, Gaspar da Rosa, Gastão Barbosa Pacheco, Homem de Gouveia, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Cabral, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Gonçalo Botelho, José Manuel Nunes, Manuel Brasil, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Luís, Rui Melo, Victor Cruz.; PS - António Gomes, Dionísio Sousa, Duarte Pires, Fernando Fonte, Fernando Lopes, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Nascimento Ávila, Manuel Serpa, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; PCP - Paulo Valadão; Dep. Indep. - Manuel António Martins).

Presidente: Estão presentes 36 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar continuidade à apreciação e discussão do Plano e do Orçamento da RAA para 1996.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Gastão Pacheco.

Deputado Gastão Barbosa Pacheco (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A discussão do Plano e Orçamento que agora acontece nesta Assembleia, é sempre motivo para que cada um de nós apresente os seus pontos de vista.

Ao Governo compete gerir as opções feitas de acordo e na base das audições de várias entidades e forças vivas da sociedade civil.

Contudo, o mais difícil é **onde** e **como** arranjar o dinheiro para executar o Plano. Tarefa essa que pertence por inteiro ao Governo, dando-lhe por isso, inteira legitimidade e direito - diria quase o dever - de optar pelos projectos com maior prioridade.

Aos Deputados da maioria, é-lhes atribuída a grata função de realçar os programas e projectos escolhidos. E bem assim, votar favoravelmente o Plano e o Orçamento, apesar de estes não conterem todas as propostas e necessidades de cada um.

Trata-se de um Plano realista, de rigor e capaz de mobilizar os açorianos no projecto de construção de uma Região de futuro, onde todos possam realizar os seus sonhos.

Sendo certo que o Governo Regional dos Açores dispõe neste Parlamento de uma maioria confortável que o apoia, resta à oposição papel de criticar, construtivamente e democraticamente, e não destruir ou fazer demagogia.

Ano após ano, as frases são sempre as mesmas:

- O Plano é exíguo;
- O Orçamento é despesista;
- A política económica não é a mais indicada;
- São necessárias medidas de fundo, etc.

E à falta de melhores argumentos, vão dizendo:

"É preciso construir mais uns matadouros; mais portos e lotas; tapar mais umas covas; construir mais uns bebedouros;

(Risos da bancada do PSD)

consertar mais umas valetas; fazer mais um aeroporto internacional; mais uns rebocadores; mais umas marinas, etc., etc.

Todos os Deputados desejam o melhor para as suas ilhas, é normal. É um anseio legítimo.

No entanto, todas estas pretensões envolvem verbas de largos milhões de contos.

Mas de uma coisa temos a certeza: o dinheiro não estica nem se multiplica.

Sejamos realistas: "as coisas são como são em virtude de serem assim mesmo"!

(Risos da Câmara)

Temos, de facto, e como primeira necessidade, que atender às necessidades básicas da nossa população. Isto é, habitação, saúde, educação, criação e manutenção de postos de trabalho.

Todas as outras, deverão aguardar conforme as prioridades.

Sujeito a críticas, como sempre, quase como um ritual, tivemos o Plano e o Orçamento para 1996 que temos o agrado de ver e aprovar, plenamente convencidos de que é um plano realista e não eleitoralista.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD e do Secretário Regional da Agricultura e Pescas).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins para uma intervenção.

Deputado Manuel António Martins (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

O Orçamento para 1996, tal como o Orçamento para 1995 apresenta e pretende cumprir os objectivos traçados no Plano de Médio Prazo 93/96. Consideramos que a forte travagem no crescimento económico ocorrida nos dois últimos anos, com implicações negativas no tecido económico regional, ocasionou uma situação de apatia e descrença por parte dos agentes económicos que só agora parece dar mostras de desvanecimento.

É, pois, em nossa opinião, necessário provocar um reaceleramento da actividade económica, e como nos Açores esta é bastante dependente do desempenho do sector agrícola e agropecuário, bem como da Indústria Transformadora a ele ligado, é vital fazer dotar o apoio ao investimento neste sector, de meios que de facto provem a importância que pelo menos em teoria têm um reconhecimento unânime.

No caso concreto do sector agropecuário, temos grandes reticências em relação à suficiência dos montantes - e não vou falar em verbas e números, pois isso já está mais que debatido e é do conhecimento desta Câmara, vou antes procurar transcrever o que vai na alma dos agricultores - que estarão afectos sobretudo às rubricas referentes ao apoio à produção e ao ordenamento agrário.

Esta ideia é reforçada pela apreciação do que foi o apoio à produção no ano de 1995, não obstante as verbas inscritas para o apoio terem sido na altura descritas pelos responsáveis como razoáveis.

No que respeita aos apoios aos investimentos em modernização em explorações agrícolas, o facto das Portarias de apoio como a 25/95 terem entrado em vigor em Abril de 1995, após um alargado período em que os apoios eram diminutos, propiciou uma grande adesão dos lavradores. No entanto em 1995, e desrespeitando

os prazos que o próprio Governo definiu, as respostas foram poucas e apoios quase nenhuns.

É, pois, natural que parte das verbas respeitantes a 1995, sejam afectas a dotações referentes a 1996. O remanescente destas verbas e as de 1996, com certeza ficarão para 1997 ou 1998.

Estamos somente a falar do apoio às explorações através da apresentação de projectos de investimento e de exploração.

Queria aqui abrir um parêntesis, para lembrar que os projectos de 1.^a instalação de jovens estão cancelados há quase 2 anos.

Em face disto, deixaria a seguinte pergunta ao Sr. Secretário Regional da Agricultura, bem como a toda a Câmara:

- Como é que queremos uma agricultura rejuvenescida com este cenário?

No entanto, não nos podemos esquecer que em relação às acções enquadradas no ordenamento agrário, a etapa dos estudos e projectos terá que ser substituída pela fase de construção e instalação de infraestruturas e as medidas de apoio à reforma da Política Agrícola Comum (PAC), como a cessação de actividade por agricultores idosos - e torno a perguntar como é que queremos renovar a agricultura, se não oferecemos aos agricultores, depois de terem levado uma vida dura, uma saída digna e airosa como eles merecem? - execução de medidas para o combate à eutrofização das lagoas, etc., têm que ser finalmente executadas.

É necessário que os níveis de execução física destes trabalhos, se tornem, pelo menos, compatíveis com os montantes que, repetidamente, surgem ligados a estas rubricas nos sucessivos planos e orçamentos.

É importante sublinhar, e aliás a redacção do Plano também o frisa, que o Programa LEADER é para ser incrementado, que o combate à brucelose é para ser continuado, e em nossa opinião, deveria até ser reavaliado em termos de resultados no terreno e prazos dos programas de combate.

Não podemos também esquecer que os produtores de carne de bovino se debatem com problemas de mercado, com depreciação dos seus preços e que a produção agropecuária, em geral, começa a temer pelo disparo do custo dos factores de produção, se tivermos em linha de conta aquilo que eles produzem.

Os produtores de carne de bovino estão numa situação de estagnação e perda de rendimento. Além da perda do POSEIMA/cereais que se traduz num montante de cerca de 3 milhões de contos/ano na bolsa dos agricultores, neste momento.

A tudo isto, deve também aliar-se a falta de uma unidade de abate e transformação, até reconhecida pela Comunidade.

Para já não falar na falta de sensibilidade política perante a Comissão da Agricultura. Por exemplo, a reformulação do POSEIMA, colocado pela Secretaria da Agricultura em 1993, continua a encher de pó nas gavetas da Comissão, precisamente por falta de sensibilidade dos seus membros perante os nossos problemas.

As verbas que estarão ao dispor do sector da Agricultura e Pecuária, em nossa opinião, não vão permitir revitalizar um sector que esteve durante os dois últimos anos ávido de apoios ao investimento que lhe foram prometidos e agora tenta recuperar o tempo perdido. Elas, pelo contrário, surgem como que no passado recente sem que nada de anormal tenha acontecido e como se **não fosse essencial um substancial reforço destes montantes.**

É obvio que se não houverem medidas atempadas com certeza iremos mergulhar numa crise.

Não vislumbramos igualmente qualquer margem de manobra que permita, com antecipação, resolver os problemas que seguramente vão caracterizar a actividade económica, em geral, e a actividade da agropecuária, em particular. Se voltarmos ao sistema do "pára-arranca", a desmotivação permanecerá e o descrédito instalar-se-á.

Somos igualmente críticos, em relação à forma como surgem incluídos no Programa Agricultura rubricas manifestamente ligadas à indústria. Não que estas verbas sejam descabidas, porém consideramos que estas acções têm mais enquadramento nos programas ligados aos incentivos à actividade produtiva, ao desenvolvimento industrial e à modernização de comércio e serviços.

As indústrias acabam por ter uma gama de apoios ao seu dispor que percorre quatro programas. A produção agrícola, agropecuária e florestal tem um só programa, embora com verbas aparentemente importantes.

Digo "aparentemente", pois estas verbas terão que servir para despesas significativas de funcionamento de vários serviços oficiais, com custos fixos importantes e têm

estas verbas ainda que servir para o apoio ao investimento nas indústrias alimentares, à promoção dos seus produtos no exterior e ainda a investimentos que têm muito a ver com a saúde pública, como o caso do abate de gado.

Por tudo o que atrás foi exposto, não consideramos que os montantes inscritos no Plano sejam propiciadores de uma recuperação que todos desejamos, antes será mais um plano que tentará iludir os problemas sem capacidade para antecipar a resolução dos mesmos, com um figurino antigo e gasto e sem introduzir qualquer sentido motivador à produção agrícola e agropecuária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura:

É um Plano que, na prática, não permite alcançar os objectivos genéricos traçados pelo Governo, tanto neste documento como no Plano a Médio Prazo 1993/1996.

Para terminar, e porque um mal nunca vem só, o mau tempo que se fez sentir nos últimos tempos, originou uma situação calamitosa e diria mesmo catastrófica no sector agrícola. Desde a falta de alimentação, à quebra da produção em cerca de 30 a 40% passando, como é óbvio, pela criação de novas sementeiras cuja criação se torna necessária, e ainda o tempo que se vai perder tentando reequilibrar a empresa agrícola, pensamos que embora exista um esforço por parte da Secretaria Regional da Agricultura e do Sr. Secretário, não foi nem será suficiente.

Quando há uma situação de calamidade pública, há sempre intervenção por parte do Governo.

Assim, o sector agrícola sente-se discriminado em relação a este executivo, pois ele devia ter tido uma intervenção nesta situação que é real e de calamidade que se vive, neste momento, na agricultura.

Mesmo com a intervenção do Governo, para que esta Câmara fique sensibilizada e informada, eu devo dizer aos Srs. Deputados que tudo isto vai custar muito ao agricultor, pois vai traduzir-se na ausência das ajudas do rendimento da PAC, do POSEIMA e as indemnizações compensatórias que irão cobrir este extra. Ou seja, isto significa qualquer coisa como o desaparecimento dos nossos subsídios de férias e de Natal.

Espero, portanto, a compreensão de todos para esta situação.

Tenho dito.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu terei oportunidade de responder à intervenção do Sr. Deputado Independente quando fizer a minha intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário eu ia dar-lhe precisamente a palavra para fazer a sua intervenção, porque está aqui inscrito como a próxima a ser feita.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Agricolamente falando, a realidade é que vivemos integrados na União Europeia, os acordos do GAT reflectem-se na nossa economia, o mercado aberto e a globalização da economia atingem-nos directamente. A PAC é aplicada na íntegra na nossa Região e, não fora o POSEIMA, e as nossas excelentes pastagens, estaríamos como qualquer agricultor do Continente Europeu, agravada a situação pela distância a que ficam os mercados e pela impossibilidade de construirmos soluções de economias de escala, forma de suportar a concorrência dos grandes espaços com sucesso.

Por último, o grande problema das sociedades de hoje é o emprego e, na nossa Região, o sector primário (tomado no seu sentido mais vasto) é o maior sustentador do mesmo. Daí que, neste P.M.P., definimos claramente uma opção de procurar manter o maior número possível de explorações agrícolas, mesmo aquelas que não se mostram economicamente viáveis. Não podemos ter outra opção, já que libertar activos agrícolas (o que seria bom para a agricultura) seria uma forma de agravar a situação do emprego e, conseqüentemente, a nossa situação económica.

Será que a política comunitária, tendo em conta o alargamento, passará brevemente por alterações que permitam, aos Países mais pobres, e às Regiões mais desfavorecidas, ultrapassar com maior facilidade as suas dificuldades?

Tem-se verificado nos últimos anos, que a política estrutural comunitária sofre um processo de revisão no final de cada ciclo de perspectivas financeiras. O actual pacote

Delors II está em vigor até 1999 e, normalmente, só nessa altura deverão ser revistos os regulamentos dos fundos estruturais

Contudo, todas estas questões são de grande importância para o nosso sector primário, já que a evolução das políticas comunitárias condicionará fortemente o nível de protecção dos nossos produtos e conseqüente actividade económica. A característica estrutural que em toda a União Europeia assumiu o gravíssimo problema do desemprego, obriga a uma busca incessante de soluções que minimizem, pelo menos, os efeitos sociais do problema, o que, na Região, passa sempre pelo sector primário.

Daí a importância da manutenção e ampliação do estatuto de Região ultraperiférica, forma adequada à obtenção de uma melhor protecção dos nossos rendimentos.

Centrarei a minha primeira reflexão sobre uma abordagem da perspectiva de consolidação e reforço do estatuto das regiões ultraperiféricas (RU) no contexto da revisão do Tratado.

Julgo que a quantidade e a complexidade das matérias em discussão abrirão diversas frentes de negociação, criando a oportunidade de introduzir nos compromissos questões desta natureza. A obtenção de um estatuto jurídico que seja suficientemente claro para as RU, é uma matéria de claro interesse nacional, de primordial importância para a Região, devendo ser julgada pelos negociadores a melhor oportunidade de introduzir esta questão na mesa das negociações (eventualmente enquadrada pelo princípio da coesão económica e social).

Convém ter em atenção que se trata de uma matéria que exige uma prévia concertação entre os 3 Estados-membros envolvidos - Espanha (ilhas Canárias), França (DOM- Martinica, Guadalupe, Reunião e Guiana) e Portugal (Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira).

O conceito de RU nascido em Dezembro de 1988, veio a sofrer diversas alterações.

Em 1993, o compromisso político assumido em Rhodes, foi consagrado no Tratado da União através da Declaração anexa nº 26, relativa às RU da Comunidade.

No entanto, e a partir de 1993, coincidindo com a reforma dos fundos estruturais e a negociação do novo QCA, verificou-se claramente, ao nível do Conselho e da Comissão, uma evolução no sentido de reduzir as intervenções comunitárias, nestas

regiões, à aplicação dos fundos estruturais, vejam bem o perigo que politicamente se começou a correr no seio do Conselho e da Comissão. Sendo claro que a situação geográfica e a dimensão constituem "handicaps" permanentes irresolúveis através da intervenção exclusiva dos fundos estruturais, esta visão redutora (que parece esquecer a necessidade de modulação permanente de políticas, que implica, nalguns casos, a concessão de ajudas com carácter permanente a alguns sectores) como é o caso do sector agrícola, é claramente distorcedora do conceito definido em 1988.

Em 1994, com as negociações de adesão dos 3 novos Estados-membros, a questão da especificidade de algumas regiões europeias com problemas particulares voltou a colocar-se - surgiu o conceito de "ultra-nordicidade", aplicado às regiões árticas. Nesta ocasião, os novos Estados-membros negociaram várias derrogações a favor destas regiões. No entanto, as intervenções negociadas que implicaram a concessão de ajudas financeiras fora do âmbito dos fundos estruturais, serão da responsabilidade exclusiva dos próprios Estados-membros. Não é de prever que Portugal possa suportar esta forma de subsidiariedade, e muito menos a R.A.A..

A tendência recente - reconhecimento político dos handicaps permanentes de certas regiões - para a autorização pela Comunidade, nos termos dos artigos 92.º e 93.º do Tratado, para a concessão de ajudas específicas - suporte das ajudas pelos orçamentos nacionais - é uma evolução perfeitamente clara e contrária aos interesses da R.A.A..

Como é óbvio, é uma tendência que devemos tentar inverter por 3 ordens de razões imediatas - em primeiro lugar, porque o princípio da coesão económica e social deve, por maioria de razão, ser aplicado às RU; em segundo lugar, porque a aplicação estrita das regras do mercado interno de algumas políticas comuns a estas regiões, terá consequências desastrosas; e, em terceiro lugar, porque o nosso país poderá não dispor de recursos suficientes para fazer face a estas políticas, o que implica a criação de desvantagens adicionais para as regiões portuguesas. É óbvio que a França e a Espanha reunirão melhores condições para se substituírem à Comunidade no suporte financeiro de certas medidas.

Uma das formas de o conseguir é através da consolidação e reforço do "acquis" em termos de estatuto das RU, ultrapassando a clara fragilidade, nomeadamente jurídica,

da Declaração n.º 26. Para tal, poderá propor-se a introdução de um artigo concreto no Tratado que crie uma base jurídica específica para as RU.

Facilmente se compreende a importância destes aspectos políticos para a manutenção do espírito político do POSEIMA, sem o qual o nosso sector primário dificilmente se aguentaria face à concorrência desenfreada dos mercados.

A estratégia mais correcta para a CIG 96, (Conferência Inter-Governamental de 96), seria a introdução de um artigo concreto no Tratado que crie uma base jurídica específica para as RU, uma fórmula mais eficaz para se atingirem os objectivos pretendidos. Em nosso entender, este artigo deverá conter, no mínimo, as seguintes referências:

- Identificar as RU;
- Exemplificar os seus handicaps específicos;
- Prever a adopção de medidas específicas e com carácter duradouro, a favor das regiões (modulações de políticas com ou sem implicações financeiras);
- Identificar disposições que "obriguem" as instituições comunitárias a agir em relação às RU;
- Permitir a possibilidade de derrogações às disposições do Tratado.

A estratégia a seguir deverá ser concertada com a Espanha e França.

Esta introdução, que poderá ter parecido um pouco longa, teve apenas como intenção demonstrar a extrema importância que assumem as questões políticas do futuro da União Europeia, para a consolidação da economia dos Açores.

Se isto não for conseguido, será terrivelmente complicado sobreviver, economicamente, nesta Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A nossa economia é essencialmente, e salvo raras excepções, uma economia social, e perder isto de vista, é não entender o lugar onde vivemos.

O Plano 96, não é mais do que a finalização do P.M.P. 93/96.

Construído à sombra do enquadramento da política agrícola comunitária, veio a absorver o QCA II, de que o ano de 1996 é um ano cruzeiro.

Volto a referir que a estratégia de desenvolvimento unimodal que foi definida, no âmbito do PMP, visando a criação de condições para a viabilização do maior número

possível de sistemas e explorações, quer por terem viabilidade económica, quer por razões mais vastas de natureza social, cultural e ambiental, foi de facto a mais adequada à nossa realidade.

Obviamente que não podemos esconder que o período positivo vivido até finais de 1995, sofreu recentemente sérios problemas, decorrentes das péssimas condições climatéricas prolongadas anormalmente, da deterioração das condições de abastecimento de cereais proporcionadas pelo POSEIMA (que neste momento, neste aspecto, não cumpre com os seus objectivos políticos), da diminuição do preço da carne, e manutenção dos preços do leite à produção.

Espero que estas condições adversas sejam ultrapassadas, estando a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas a contribuir para a sua minimização através de financiamentos à exportação de animais e à compra de alimentos destinados ao efectivo leiteiro e de carne.

Quanto ao Plano, em 1996 manter-se-ão os cursos para agricultores e técnicos, e será institucionalizado o sistema de aprendizagem, visando o incentivo à transição dos jovens do sistema de ensino para o mercado de trabalho, absorvendo os 10.º, 11.º e 12.º anos, com uma finalização equiparada aos restantes estudantes.

A evolução positiva da situação sanitária da Região, objectivada na diminuição drástica da incidência de algumas doenças em todas as nossas ilhas, viu as suas formas de actuação claramente reforçadas através da aprovação, pela União Europeia, do nosso Plano de Erradicação da Brucelose, que conhecerá, em 1996, um ano de reforço de aplicação.

Os incentivos ao investimento consagrados nos instrumentos regulamentares do Q.C.A. II, deverão encontrar em 1996 um reforço significativo, assim como a satisfação dos não pagamentos.

No âmbito do Reg. 2328/91, e durante os anos de 94, 95 e já em 1996, foram aprovados 276 projectos, representando 2,3 milhões de contos, com um subsídio no valor de 1,8 milhões de contos. Do subsídio aprovado, foram já pagos 1,3 milhões de contos.

É importante referir que destes 276 projectos, já estão concluídos 191, o que representa uma taxa de execução de 69%.

Entre 94 e o início de 96, foram aprovadas, no âmbito da motomecanização, 6 candidaturas globais, representando o apoio a 3604 beneficiários, num total de investimento de 531 mil contos, para um subsídio de 212 mil contos, tendo sido já pagos 140 mil contos.

No âmbito da Portaria 25/95, foram aprovados 99 projectos, somando 509 mil contos de investimento, para 381 mil contos de subsídio.

A 30 de Janeiro do corrente ano, entraram já em curso de apreciação mais 108 projectos, representando um investimento na ordem de 1,2 milhões de contos.

No âmbito da Portaria atrás referida (25/95), encontram-se nos serviços da SRAP, 440 projectos em apreciação, totalizando 2,2 milhões de contos de investimento.

Estes números dão uma ideia clara do dinamismo do investimento por parte dos nossos produtores.

No âmbito do PROAGRI, estão em execução 16 projectos, somando 1,7 milhões de contos de investimento, para 1,4 milhões de contos de subsídio, e estão para apreciação mais 18 projectos no âmbito desta área de actuação.

As ajudas ao rendimento têm vindo a aumentar de forma significativa. Se em 1991, foi pago um total de 1,3 milhões de contos, já em 1994 esse valor foi da ordem dos 4,7 milhões de contos, e em 1995 de 5,3 milhões de contos.

As metas delineadas para o ordenamento agrário para o decurso deste P.M.P., serão plenamente atingidas no corrente ano. As acções de abastecimento de água, caminhos agrícolas e electrificação agrícola, onde muito sempre ficará por fazer, prosseguirão no corrente ano nas ilhas de S. Miguel, Terceira e São Jorge.

Prevê-se a realização de planos de ordenamento nas ilhas Graciosa, São Jorge e Faial, num total de 4.000 ha, assim como serão elaborados os projectos de rede primária do perímetro do Topo e no perímetro de Feteira/Castelo Branco, abrangendo 1300 ha.

Com estes números, apenas quis mostrar o andamento de alguns aspectos do investimento e das ajudas ao rendimento no sector agrícola, e em apenas algumas das suas áreas. O restante vem referido nos documentos que estão na posse dos senhores deputados.

Quanto às Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC, 1996 é o 1.º ano cruzeiro da sua aplicação, e espero que, no próximo mês de Março, sejam já

efectuados os primeiros pagamentos (160) da Reforma Antecipada. É de referir que, neste âmbito, o número de candidatos em 1995 foi de 572.

As medidas florestais na agricultura, também no âmbito das Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC, tiveram uma notável adesão dos agricultores da Região, pois em 2 anos de aplicação ultrapassaram todas as expectativas.

Recorde-se que, na vigência do P.M.P. se previa a transformação de 500 ha de terras agrícolas, existindo no presente um conjunto de novas áreas florestadas em 750 ha, prevendo-se em 1996 florestar mais 250 ha. Ou seja, duplicámos a área prevista no Plano.

No âmbito da transformação e comercialização, queria, antes de mais, apresentar as minhas desculpas a esta Assembleia, por algumas promessas por mim efectuadas e que, por razões burocráticas, - assumo eu totalmente essa responsabilidade - não foi ainda possível ver concluídas.

Posto isto, devo referir a inauguração do matadouro da Horta em Abril, o lançamento do concurso para o matadouro de S. Jorge em Março, e o lançamento do concurso para o matadouro das Flores em Junho. Quanto ao Corvo, logo que a Câmara Municipal nos forneça o seu parecer quanto à sua localização, podemos iniciar de imediato o processo de construção da casa de matança. Também serão adquiridos os terrenos para os matadouros da Terceira e Santa Maria, e iniciados os processos de elaboração dos projectos para os celebérrimos matadouros industriais de S. Miguel e Terceira.

Quando falo dos problemas dos agricultores nesta Assembleia, procuro sempre falar a verdade, nunca escondendo as dificuldades de um sector tão complexo como o agrário, onde a observação constante e atenta de todos os fenómenos económicos, sociais e políticos que sucedem à sua volta, é condição indispensável para se saber o que se deve fazer para melhorar o caminho.

Temos a consciência de muito ter feito, mas também temos a noção clara de que todos os dias há ainda muito a fazer para melhorar a economia do sector e, conseqüentemente, as condições de vida do produtor.

Presidente: Sr. Secretário Regional, tal como me pediu, informo-lhe que atingiu os 8 minutos.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Recentemente, foi por nós solicitada a uma equipa especializada, a elaboração de uma "análise da evolução do sector agrícola dos Açores no período 86-94". Ainda não concluído, gostava de aqui referir alguns dos seus comentários, com os quais aliás concordo:

"A evolução da agricultura da Região Autónoma dos Açores no período de 86-94, processou-se num contexto de preços agrícolas e não agrícolas claramente desfavorável. De facto, apesar de se ter verificado, no período em causa, uma evolução positiva dos termos de troca agrícola, o seu efeito sobre o sector agrícola açoriano foi totalmente neutralizado pela evolução ocorrida do nível geral dos preços, da qual resultou uma acentuada quebra nos preços reais dos produtos agrícolas.

Não fora, portanto, o conjunto de ajudas directas ao rendimento, provenientes do conceito de RU, consignado no POSEIMA, não teria sido possível termos a evolução favorável que foi possível observar.

Passados os momentos difíceis que vivemos actualmente, e reforçada a nossa capacidade no enquadramento da União Europeia, não tenho dúvidas que estaremos preparados para o futuro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É obvio que, em 1996, e para o sector das Pescas, continuar-se-á a política definida para o sector no Plano a Médio Prazo, dando-se particular importância à investigação dos recursos marinhos, à formação profissional, à renovação e modernização da frota de pesca, à melhoria das estruturas de 1.^a venda do pescado e das condições de operacionalidade de alguns portos de pesca.

No âmbito das estruturas portuárias serão realizadas obras de beneficiação em alguns portos de pesca: S. Mateus (Terceira), Vila Franca do Campo (S. Miguel), Santa Cruz e Ponta Delgada (Flores), Maia, Anjos e S. Lourenço (Santa Maria).

Serão lançados os concursos, através da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para a construção de portos de abrigo na Ribeira Quente e Rabo de Peixe.

Relativamente às instalações de primeira venda de pescado, prevê-se a entrada em funcionamento das Lotas de Água de Pau e da Praia da Vitória.

Em matéria de conservação de recursos, e para além do goraz, é importante referir o seguinte:

Dada a complexa situação do stock do espadarte no Atlântico Norte, foram introduzidas, na recente reunião do ICCAT, medidas de gestão que impõem uma redução considerável das capturas realizadas nos Açores. O mesmo também se verifica em relação ao rabilo, com medidas de gestão bastante restritivas. De facto, as recomendações do ICCAT em vigor desde 2 de Outubro de 1995, impõem uma redução de 25% das capturas desta espécie.

Também o estado do stock do patudo vai no sentido de, brevemente, serem introduzidas medidas para a redução das capturas, a fim de proteger o stock adulto.

Quanto à protecção das nossas águas, face a frotas comunitárias, foi possível conseguir, como aliás já aqui referi, um estatuto altamente favorável.

O Regulamento Comunitário (CE) n° 1275/94, de 30 de Maio, relativo à adaptação do regime de Adesão de Espanha e Portugal, considera a Zona CIEM X a Norte de 36° 30', como zona de grande sensibilidade, onde importa preservar o equilíbrio dos recursos. Deste modo, encontra-se vedado o acesso dos navios de pesca comunitários à ZEE dos Açores, com excepção, para a pesca do atum voador, durante um período que não exceda oito semanas, entre 1 de Maio e 31 de Agosto, para um máximo de 110 navios que não ultrapassem 26 metros entre perpendiculares, utilizando exclusivamente o corrico. Aliás, isto já estava no Tratado desde 1986.

Em relação ao atum tropical (gaiado, patudo e albacora), a sua pesca encontra-se autorizada apenas a Sul de 36° 30', e apenas com artes de anzol.

Encontra-se, também, excluído o acesso dos navios que arvoreem pavilhão espanhol às águas insulares sob a soberania e/ou jurisdição de Portugal na Zona CIEM X, exceptuando-se, eventualmente, o dos navios que exerçam actividade de pesca por meios de artes tradicionais (salto e vara) no quadro de um acordo comum entre os dois Estados-membros (caso do afretamento dos navios bascos).

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Penso ter dado, de forma honesta, um retrato verdadeiro da situação actual do sector primário na Região, assim como referido os aspectos mais importantes do Plano 96. É com a esperança de que o dia de amanhã será sempre melhor do que o dia de

ontem, que termino esta minha intervenção estando à vossa disposição, dentro do limitado tempo de que disponho, para esclarecimentos adicionais.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Em primeiro lugar, queria saudar os pescadores da Ribeira Quente presentes, pacientemente, nesta Assembleia ontem e hoje.

Como Deputado eleito pela Ilha de S. Miguel, quero fazer as perguntas que eles não podem fazer ao Sr. Secretário.

Referindo-se ao programa 14, 1.5 - intervenção nos portos de pesca mais carenciados - a que o Sr. Secretário aludiu na sua intervenção, nomeadamente os portos de Rabo de Peixe e da Ribeira Quente, eu gostaria de perguntar-lhe, dos 70 mil contos aqui orçamentados, qual a distribuição da verba? Ou seja, e quanto é que está afecto a Rabo de Peixe e quanto à Ribeira Quente?

Em segundo lugar, gostaria que o Sr. Secretário me confirmasse o que afirmou na sua intervenção, isto é, que será lançado concurso este ano para o porto da Ribeira Quente.

Eu lembro a V. Exa. que em anteriores conversas sobre este assunto, nomeadamente em Comissão, o Sr. Secretário apenas fez referência ao projecto deste porto e não ao lançamento do concurso.

Portanto, eu pedia-lhe o favor de me confirmar, expressamente, perante esta Câmara, qual a data previsível de lançamento deste concurso?

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD).

O Orador: Eu não peço nem o dia nem a hora. Peço apenas o mês.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O tempo é curto, por isso faço apenas um brevíssimo pedido de esclarecimento.

Antes de mais, impõe-se-me também saudar o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação, Dr. Carlos Ávila, que se encontra acompanhado dos pescadores da Ribeira Quente, na zona do público aqui nesta Assembleia. Faço-o em nome da bancada do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de reafirmar que numa articulação plena entre o Grupo Parlamentar do PSD e o Governo, nós sensibilizámos o executivo regional, no sentido de que esses empreendimentos em Rabo de Peixe e Ribeira Quente, bem como a protecção da orla marítima desta última localidade, fossem consagrados no Plano de 1996.

Queria aqui, em nome da bancada do PSD, solicitar ao Sr. Secretário a confirmação nesta Casa, da execução e das "démarches" para a concretização dessas obras.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Jaime Medeiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em resposta ao Sr. Deputado Rui Melo, posso informar esta Câmara que este ano, antes do início do verão, a Secretaria da Habitação e Obras Públicas irá desenvolver trabalhos na orla marítima da Ribeira Quente, por forma a recuperar o caminho que presentemente está quase intransitável, fruto do último temporal que ocorreu, degradando a orla marítima daquela zona.

Portanto, antes do início do verão, iremos intervir a fim de recuperar aquele caminho. Aliás, esta informação já eu a prestei, pessoalmente, ao Sr. Presidente da Câmara da Povoação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

É evidente que não é a bancada do PSD que tem de responder pelo Governo.

Portanto, eu insisto com o Sr. Secretário da Agricultura que é o responsável por esta área, independentemente destes programas estarem na SRHOPTC, que confirme, perante esta Câmara, quando será lançado o concurso para o porto da Ribeira Quente, tal como afirmou na sua intervenção.

Por outro lado, quero também esclarecer que o que aqui foi afirmado pelo Sr. Secretário da Habitação e Obras Públicas, refere-se ao início do verão em termos da recuperação de um caminho e não qualquer informação sobre o porto da Ribeira Quente!

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins.

Deputado Manuel António Martins (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Pegando na afirmação do Sr. Secretário de que temos uma agricultura social, queria situá-lo numa determinada realidade. Ou seja, os agricultores vivem, única e exclusivamente, do cheque de leite que é o seu ordenado, com o complemento que é a carne.

Todos nós sabemos o que é que se passa com a carne, além do que acontece com os vitelos, por exemplo, que há bem pouco tempo valiam 25 contos e agora ninguém os quer comprar.

Atendendo ao aumento dos adubos, da ração, dos custos operacionais da exploração na ordem da inflação, e não é preciso ser economista, basta fazer contas e somar 1+1, face a isto e independentemente da capacidade e da honestidade do agricultor, pergunto como será possível a sobrevivência desta empresa agrícola familiar?

Por outro lado, o Sr. Secretário baseia-se sempre na agricultura social e nos rendimentos da PAC.

Eu já provei a si aqui nesta Casa que os rendimentos mais importantes da PAC, ou seja, o POSEIMA/Vaca na ordem dos 18 contos e as indemnizações compensatórias, vão para a falta de intervenção ou de sensibilidade do Governo face à situação de calamidade que atravessamos, isto é, a falta de comida e não só.

Volto a perguntar o seguinte:

- Como é que vai ser possível a sobrevivência da empresa agrícola neste ano de 1996?

Em segundo lugar, e quanto aos projectos de 1995, o Sr. Secretário diz que todos eles vão ser executados. Como serão os projectos de 1996?

Em terceiro lugar, ser perdermos a sensibilidade (e estamos em vias de a perder) por parte da Comissão de Agricultura em relação aos nossos problemas, tudo isso agravar-se-á.

Portanto, eu gostaria que o Sr. Secretário demonstrasse aqui que estou enganado e que há recuperação dessa mesma sensibilidade relativamente aos nossos problemas, quando a reformulação do POSEIMA em 1993 ainda continua na mesma situação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Tenho que ser muito rápido, porque o tempo não me permite fazer uma análise pormenorizada destas matérias.

Gostaria de referir a questão que se prende com a grande urgência que há em iniciarem-se obras diversas nos portos de pesca, onde opera uma parte importante da frota artesanal e que o Sr. Secretário referiu.

A este respeito, gostaria de lembrar as duas petições sobre esta matéria, uma referente ao porto da Ribeira Quente outra que se refere ao porto de Rabo de Peixe, que deram entrada nesta Assembleia e que, em nosso entender, devem motivar circunstanciado relatório da Comissão competente, com vista não só a corresponder à expectativa dos cidadãos peticionários, como também e fundamentalmente, para habilitar esta Casa a uma posterior avaliação destas situações.

A propósito da política de pescas, queria referir que é muito urgente dar toda a prioridade à reconversão e modernização da frota artesanal, à formação profissional e social de muitas centenas de pescadores, bem como o apoio ao associativismo e à comercialização.

Recentemente, foi anunciado ter havido um acordo entre o Governo e o Sindicato dos Pescadores que estabelece a criação de um fundo destinado a compensar, no inverno, a quebra de rendimento dos pescadores de pesca artesanal.

É necessário que em termos orçamentais, a comparticipação oficial para o arranque desse fundo fique claramente assegurada e apta a ser atribuída logo após a aprovação do diploma legal que será necessário para o efeito.

Por isso mesmo, solicitaria ao Sr. Secretário Regional que nos informasse com toda a clareza, como é que vai ser aplicada essa medida que foi anunciada anteriormente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente, respondendo ao Sr. Deputado Paulo Valadão, devo dizer que os pagamentos começarão a ser efectuados - salvo erro - hoje. Ou seja, os pagamentos que foram anunciados e que foram objecto de um estudo de um grupo de trabalho, do qual fez parte o Sindicato dos Pescadores.

Em relação ao que referiu o Sr. Deputado Manuel António Martins, obviamente que falando em termos conceptuais, quando eu refiro agricultura social - e o Sr. Deputado refere-se à mesma agricultura - estamos a falar de coisas substancialmente diferentes e de conceitos diferentes. Eu falo numa coisa e o Sr. Deputado fala noutra. No entanto, eu não tenho tempo para explicar-lhe toda a conceptualização de que fez parte a minha argumentação.

De qualquer maneira, e de uma forma muito concreta, todos os projectos entrados em 95 serão pagos e já começaram a ser pagos. Aliás, neste momento totalizando a Portaria 25/95, a 23/28, Proagri, etc., cerca de metade desses projectos estão pagos, uma vez que foram garantidas verbas do QCA II para reforço das verbas de investimento na agricultura de 2.5 milhões de contos.

Portanto, os projectos de 1995 já começaram a ser analisados, no sentido do seu pronto pagamento e serão todos pagos este ano, bem como as candidaturas de Fevereiro estão abertas. Ou seja, foi possível, por um lado, pagar o que se devia e por outro lado, abrir as candidaturas de Fevereiro.

Obviamente que o momento difícil que vivemos, e que foi referido por nós os dois, está a ser ultrapassado e minimizado pelas questões que eu aqui referi e tenho alguma convicção de que não só na sequência da actuação do Governo da República, nesta matéria, como nas reuniões em que eu próprio estive em Bruxelas, que no caso do

POSEIMA/Cereais, a questão pode vir a evoluir, favoravelmente, e digamos que num curto prazo.

Por outro lado, referi aqui questões de ordem política mais global, já que conceptualmente na Comunidade - e felizmente temos um POSEIMA que foi feito naquela altura, porque se fosse hoje talvez não seria possível - evolui-se, no sentido de garantir, pelo menos em relação às Regiões Ultraperiféricas actualmente existentes na base do conceito do afastamento, isto é, em termos dos milhares de quilómetros a que ficamos dos mercados - que o POSEIMA cumpra a sua missão política. E é nesse sentido que eu posso fazer este tipo de afirmações.

É óbvio que a Comissão é composta por muitos países e é um órgão muito complexo de decisão.

Quanto à questão levantada pelo Sr. Deputado Fernando Lopes, eu devo dizer que, concretamente, e aliás como em carta endereçada à Câmara da Povoação em Janeiro deste ano, e como também foi afirmado na reunião que tive com a Comissão de Economia, Finanças e Plano na qual V. Exa. esteve presente, já neste mês de Fevereiro os projectos serão apresentados e discutidos com os pescadores daquelas duas zonas - Rabo de Peixe e Ribeira Quente - e o concurso público para a efectuação das obras será feito no mês de Maio.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria congratular-me com a resposta dada pelo Sr. Secretário da Agricultura a esta Câmara, confirmando o ofício enviado por V. Exa. ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação, no sentido de que a abertura do concurso será feita logo após a aprovação deste Plano, ou seja, no mês que acabou de indicar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há aqui um equívoco.

O ofício dirigido ao Sr. Presidente da Câmara da Povoação diz o seguinte: "Assim, e na evolução deste processo, logo que o Plano para 1996 seja aprovado pela Assembleia Legislativa Regional, a Direcção Regional das Pescas procederá à apresentação deste projecto junto dos pescadores, principais interessados da sua realização".

Portanto, o que nós vamos fazer a seguir, imediatamente à aprovação do Plano, isto é, este mês, é a apresentação do projecto junto dos pescadores. Não falámos do lançamento do concurso público.

Eu disse-lhe que o concurso público será feito no mês de Maio. Nesse ofício não se fala no concurso público, mas sim na **apresentação** dos projectos aos pescadores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero agradecer mais uma vez ao Sr. Secretário. Porém, temo que V. Exa. não tenha interpretado bem as minhas palavras.

De facto, eu agradeço a confirmação da informação, no que respeita à discussão aberta dos projectos.

Deputado João Cunha (PSD): Isso é política eleiçoeira!

O Orador: Tal como o Sr. Secretário confirmou aqui, e vem no ofício enviado ao Sr. Presidente da Câmara da Povoação, a apresentação do projecto realizar-se-á em Fevereiro. E agradeço também a gentileza que teve em informar esta Câmara de que a abertura do concurso será feita em Maio.

Portanto, não há qualquer engano da minha parte, de qualquer modo eu agradeço a abertura, em termos de informação, e espero que ela se repita em outras ocasiões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Botelho para uma intervenção.

Deputado Gonçalo Botelho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No cumprimento do Estatuto Político-Administrativo, o Governo Regional dos Açores apresenta nesta Assembleia Legislativa, para discussão e aprovação as propostas de Plano e Orçamento para 1996.

Os documentos em apreço enquadram-se nos princípios programáticos que foram sufragados pelo Povo Açoriano em Outubro de 1992, nos objectivos propostos no Plano Médio Prazo para o quadriénio de 1993/96, bem como no que ficou consagrado nos objectivos do Programa do VI Governo, com as adaptações e ajustamentos julgados necessários a introduzir para a sua total concretização, face ao quadro económico e financeiro envolvente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O sentido da responsabilidade e da objectividade, exige de todos nós um esforço e uma luta constante, para que o desenvolvimento harmonioso da nossa Terra e uma melhor qualidade de vida do nosso Povo, seja uma realidade para todos, tendo sempre em linha de conta as realidades que nos rodeiam.

Criar mais riqueza, distribuí-la equitativamente e melhorar as diferenças sociais que existem na Região, são objectivos que integram este Plano, que congrega em si todas as condições para serem alcançados com êxito, mas Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O êxito do desenvolvimento económico e social, só poderá ser alcançado dentro de um quadro de estabilidade, sendo condição essencial para a sua promoção com eficácia e sem grandes sobressaltos.

O Plano e Orçamento para 1996 agora em discussão nesta Câmara, já foi sujeito a discussão pública e tem envolvido pareceres de representantes a diversos níveis, das forças vivas da Região.

A oposição nesta Casa tem afirmado que as verbas atribuídas aos diversos sectores, são escassas para os projectos que nele se encontram e para outros Extra-Plano. É falso.

Não obstante a apreciação acabada de referir, o Plano e Orçamento para 1996 contém, contudo, as verbas que foram possíveis disponibilizar, - pelo que entendo serem documentos equilibrados e razoáveis para a continuidade dos projectos em curso e também o lançamento de novas iniciativas prioritárias.

Uma governação eficaz e equilibrada, valorizará este Plano, de modo a que todos os objectivos propostos por este Governo sejam atingidos, como o tem feito ao longo de todos estes anos que tem estado à frente dos destinos do Povo Açoriano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Um dos vectores mais importantes consignado neste Plano, é o que reporta ao Trabalho, Emprego e Formação Profissional.

A semelhança do que vem acontecendo nos últimos anos, o Governo, irá dar continuidade às medidas de apoio e criação de novos empregos, através de programas específicos, que contribuam de algum modo para minimizar a taxa de desemprego na Região, criando emprego efectivo.

Do mesmo modo, a Formação Profissional, como virtude de potencialização da valorização dos trabalhadores, contribui, de certo modo, para a diminuição do desemprego, e permite a perfeita integração dos trabalhadores no cada vez mais exigente mercado de trabalho.

Ainda nesta área quero realçar o esforço que o Governo tem feito no Centro de Formação Profissional dos Açores, modernizando e actualizando o seu funcionamento, com a implementação de novos cursos de "Qualificação, Aprendizagem e de Formação Profissional para activos", tendo em conta as solicitações de mercado.

Outro vector importante é o da Educação Física e Desporto. A política desenvolvida nestas áreas tem proporcionado a todo o Povo Açoriano condições para a prática da Educação Física e Desporto, que não sendo as óptimas, são as suficientes que se têm traduzido nos resultados obtidos nas competições nacionais e internacionais em que participam.

As verbas deste Plano abertas à Educação Física e Desporto, não sendo as ideais, são as suficientes para os apoios previstos a instalações desportivas aos atletas de alta competição e aos Jogos Desportivos Escolares que de ano para ano têm somado êxitos e participantes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estou certo que V. Exa. Sr. Presidente e a sua equipa governativa, recolhem a confiança de todo o Povo Açoriano, porque sabem que a vossa acção governativa até ao final desta Legislatura será feita no sentido do cumprimento integral das propostas contidas neste Plano e Orçamento.

Assim, e pelo atrás referido, pensamos que existem condições mais que suficientes para podermos votar favoravelmente, e em consciência, o Plano e Orçamento para o ano de 1996.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

Este Plano e Orçamento para 1996 em discussão, está feito e bem feito.

Agora, há 8 meses para fazer muita coisa.

Está feito e bem feito, porque os pressupostos exigíveis para o credibilizar foram atingidos e foram contemplados nos diversos programas.

Os programas estão dotados de verbas suficientes para a sua concretização.

Não existe empolamento nas dotações orçamentadas.

Não é um Plano eleitoralista. É, sim, um Plano equilibrado, um Plano sério, um Plano que não vem resolver todos os problemas dos Açorianos, mas dará seguramente um grande contributo.

É um Plano que corresponde a uma postura diferente, mais próximo das populações, acudindo aos pequenos problemas que incomodam o dia-a-dia dos Açorianos.

É um Plano com uma grande marca de solidariedade, que obriga, que exige que todos os Membros do Governo estejam próximos dos Açorianos, até daqueles que não estão junto dos grandes centros de decisão.

É um Plano que permitirá concluir grandes investimentos no sector da saúde, educação, vias de comunicação e que relança outras obras necessárias ao nosso desenvolvimento económico, onde se destaca os grandes melhoramentos em diversos Portos.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não percebemos as posições dos partidos da oposição, nomeadamente do Partido Socialista.

Na verdade o PS e o seu líder, o Sr. Carlos César, não dizem coisa com coisa e caem em sucessivas contradições.

Durante a sua longa profissão de Deputado, o Sr. Carlos César, já praticamente afirmou ou prometeu ao povo dos Açores tudo o que é possível e imaginário, assim como o contrário disto mesmo.

Senão vejamos:

Ontem, durante o debate, insinuou que nós PSD, devíamos "venerar" o Governo da República pela sua generosidade em transferir o total das verbas solicitadas pelo Governo Regional para o Orçamento da Região.

Contudo, no passado dia 1 de Fevereiro, mandou o Deputado Dionísio de Sousa fazer uma conferência de imprensa, em nome do Secretariado do PS/Açores, como se pode ler no comunicado, para zurzir o Governo Regional e o PSD, pelas verbas pedidas.

E cito uma passagem da referida Conferência de Imprensa:

" O que não está satisfeito são as pretensões do Governo Regional que precisando de mais 5 milhões de contos, se agarrou a um argumento perfeitamente injustificável, pedindo mais 5 milhões ao Governo da República para pagamento da dívida, que ele não tem a obrigação de assumir...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não tem obrigação não!

O Orador: Tenha paciência e ouça.

É que o Sr. Deputado "derrapou"!

(Risos da bancada do PSD).

... enquanto o problema da dívida da Região não for enquadrado numa solução geral para as finanças da Região" sic.

Mas, nós Açorianos estamos habituados a essa constante incoerência.

Já ontem, também o Sr. Deputado Carlos César, ao referir-se à Rádio Televisão Portuguesa, disse o contrário do que havia afirmado no passado, que passo a citar:

" O Partido Socialista defende que seja criado um 2.º Canal que transmita integralmente para os Açores o Canal 2 nacional e que se mantenha um 1.º

canal, emitido pelo Centro Regional, baseado na programação disponível do Canal 1 e na produção local"- Acabei de citar.

E se as suas permanentes contradições não bastassem, **agora também mente!**

Ontem, afirmou nesta Casa o seguinte:

" Eu próprio fiz uma visita há dias ao Centro Regional da RTP, perguntei se esses 5 funcionários que estavam a ser despedidos eram necessários e o Director do Centro Regional afirmou que eles não eram necessários!" Sic

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E o que é que isso tem a ver com o Canal 2?!

O Orador: Mesmo ontem o Sr. Director do Centro Regional da RTP nos Açores desmentiu tais afirmações.

Hoje, tal como ontem, pode dizer-se que há razões para não ter confiança no Partido Socialista e no seu Líder, o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Onde é que está a contradição?!

O Orador: Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nos debates que até agora participou, o Sr. Carlos César demonstrou uma enorme arrogância, patente nas mais pequenas intervenções, patente nos tiques e nos truques da linguagem, na falsa e estudada postura. É, pois, um mecanismo de ocultação, no fundo uma pequena tática politiceira ao serviço de posições tão precárias, circunstanciais, dependentes de interesses, egoísmos e de uma desmedida vontade de ser indicado como candidato a Presidente do Governo Regional, pelo Partido Socialista.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: A actividade do Partido Socialista tem-se limitado a prognósticos de vitórias, a comemorações das vitórias nacionais, a críticas derrotistas, a cantigas de escárnio e mal dizer, a promessas irrealizáveis, uma verdadeira e estonteante versão do pior que há.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao Governo da República, sejamos claros e directos - quem ganhou as eleições deve governar.

Quem ganhou as eleições tem de governar.

Quem prometeu tem de cumprir.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Claro! É o que vocês não fazem!

O Orador: Não fomos nós PSD que inundámos o País com promessas, mas seremos nós, todos os Açorianos e os Portugueses em geral, a exigir, hoje, amanhã e sempre, o rigoroso cumprimento das promessas feitas pelo Partido Socialista e pelo Eng. António Guterres.

Nós PSD/Açores, somos um Partido com a experiência de Governo, com a experiência da acção política, com um programa claro e objectivos definidos.

Somos um Partido, acima de tudo, a quem o Povo Açoriano deu a confiança para Governar e a quem nos apresentaremos em 1996 para ser avaliados.

Não nos confundimos com o Partido Socialista...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Ah não, felizmente!

Deputado Francisco Sousa (PS): Nem a gente quer!

O Orador: ...que usa e abusa de um tom de exaltação, de arrogância e intolerância, e transporta consigo na Região, a marca inconfundível de um líder perdedor que corre com todos...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Mas não foge para Lisboa!

O Orador: ...legislatura após legislatura, para ficar e poder exercer a sua profissão: Político, ou melhor, Deputado!

Ó Sr. Deputado, o ex-líder do PSD não fugiu para Lisboa. E ganhou sempre as eleições!

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este Governo Regional, sob a Presidência de Alberto Romão Madruga da Costa, tem vindo a trabalhar, afincadamente, para combater a exclusão social e favorecer a recuperação da economia da Região.

Deputado Fernando Fonte (PS): Graças a Deus!

O Orador: Termino, recordando que este Plano e Orçamento contemplam um conjunto de medidas assentes em inequívocos critérios de justiça, que contribuirão para a felicidade do Povo Açoriano.

A maior angústia da oposição, reside na convicção de que este Plano será mesmo executado e que muitas das obras contempladas serão inauguradas até ao final do Verão. E nessa altura seremos criticados pelas obras feitas.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo).

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): O melhor é ir para Vila Franca.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Campanha demagógica e milagreira!

Deputado João Cunha (PSD): A vossa!

O Orador: Demagogia fácil e oportunismo político!

Diz hoje uma coisa e amanhã o contrário, com todo o descaramento!

É chocante, de facto, a falta de responsabilidade evidenciada, na tentativa de se apoderarem do poder!

Promete o que não faz, o que nunca fez e o que sabe muito bem, nunca poderá fazer.

Contudo, estamos a assistir que quanto mais fala o líder do PS, menos eco encontra no eleitorado.

Há uma claríssima falta de credibilidade no que diz, afastando dele o PS e os cidadãos.

E nem as voltas a Portugal, de comboio, a pé ou em bicicleta, os salvarão da derrota!

O PS transformou-se no carro-vassoura da classe política portuguesa!"

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estas perícopas, pressagiadoras de desgraça, esta orgia de catilinárias apocalípticas, esta jóia de papiro profético teve um autor, a 5 de Setembro: - **Rui Melo!**

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Esta nova mensagem pressagiadora de desgraça, esta nova catilinária apocalíptica, esta nova tirada profética, vai ter de novo - como teve um Guterres vencedor - um outro nome: - **Carlos César** de seu nome!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, não sei se o Sr. Deputado Manuel Serpa utilizou a figura regimental de reacções à ofensa e consideração.

Presidente: Eu dei a palavra ao Sr. Deputado Manuel Serpa para esclarecimentos. E a si dar-lhe-ei também.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, eu vou usar da palavra ao abrigo da disposição regimental prevista no Artº. 99º.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Ah, realmente é uma desonra para quem o cita!

Deputado Jorge Cabral (PSD): Ele foi desonrado - acabou!

(Risos da bancada do PSD).

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para defesa da honra?

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, eu não quero usar da palavra para defesa da honra, mas sim tal como dispõe o Regimento, como "reacção a ofensas sobre a minha consideração".

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Desde já, agradeço ao Sr. Deputado Manuel Serpa, os elogios feitos às minhas capacidades literárias.

Relativamente às questões de fundo, Sr. Deputado, confesso aqui que enganei-me. Mas há uma grande diferença, ou seja, quem estava em causa era o Eng. António

Guterres, um distinto parlamentar e um homem com uma grande formação académica...

Deputado Fernando Fonte (PS): Ah, agora ele já é bom...!

O Orador: ... e com grandes princípios morais, bem como de formação, em que esses valores vieram ao de cima durante a campanha eleitoral.

No entanto, eu tenho grandes dúvidas - e é por isso que a minha consideração ficou bastante abalada - quando o Sr. Deputado Manuel Serpa vem comparar o seu líder nacional com o Sr. Carlos César!

Aí é que reside a nossa divergência!

O Eng. António Guterres não mente. O Sr. Deputado Carlos César, só em 24 horas, mentiu nesta Casa, tal como eu acabei de provar naquela tribuna.

Por isso, neste ponto, estamos entendidos.

Em relação às eleições, vamos aguardar, depois do Governo implementar este Plano de 8 meses, havemos de inaugurar as obras que temos até Setembro e nessa altura o Povo há-de dizer se quer que o PSD continue a governar, se deseja o PS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Para defesa da consideração, Sr. Presidente.

Deputado João Cunha (PSD): Defesa de quê?!

O Orador: É para defesa da consideração, porque se houve uma razão para dar a palavra ao Deputado Rui Melo, também tenho direito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dizer que também nesse dia memorável de 5 de Setembro, pressagiador de coisas novas, seguir-se-ia o seguinte àquela passagem que eu há pouco citei: - ao contrário do que está a dizer agora!

"Promete o impossível".

"Alia-se a todas as reivindicações".

Vozes do PSD: Isso é verdade!

O Orador: Bom, então um indivíduo destes é um grande homem, agora saudado, que tem todas as qualidades e os outros não têm?!

Francamente, Sr. Deputado!

Esta... "profecia de Setembro" gerou um líder - António Guterres de seu nome!

A outra há-de gerar outro, se Deus quiser!

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

Deputado Rui Melo (PSD): Para reacções à ofensa da minha consideração.

Presidente: Desculpe Sr. Deputado, mas eu não lhe dou a palavra para esse efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Então é para um esclarecimento muito curto, Sr. Presidente.

É que, Sr. Deputado, é natural que me tenha enganado, porque não conheço o Eng. António Guterres.

Mas conheço muito bem o Deputado Carlos César, por isso é que espero não me enganar!

Deputado João Cunha (PSD): E mesmo em relação ao Eng. Guterres não te enganaste!

Presidente: Srs. Deputados, à semelhança do que combinámos ontem, vamos fazer o nosso intervalo agora, visto não haver na Mesa mais inscrições.

Eu pedia aos Srs. Presidentes dos grupos parlamentares, bem como às representações parlamentares, o favor de se chegarem aqui junto da Mesa.

(Pausa)

Srs. Deputados, de acordo com a esta nossa pequena reunião que tivemos agora, interrompemos os nossos trabalhos e recomeçá-los-emos às 15,00 horas, com as intervenções finais e a votação do Plano e Orçamento para 1996, bem como a restante ordem do dia agendada para hoje.

(Eram 11,30 horas)

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para darmos continuidade à nossa Sessão.

(Eram 15,10 horas)

Vamos dar início às intervenções finais, tal como anunciei ao fim da manhã.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A governação da Região Autónoma, toda ela, precisa de um novo tipo de planeamento e de um novo tipo de concepção do investimento público.

Penso que não suscitará discordâncias de fundo, se disser que este debate constituiu a última demonstração de que o actual modelo que obedece a elaboração e discussão do Plano está politicamente esgotada.

Planificar, será decidir a aplicação, num dado espaço de tempo, dos meios existentes para investimento.

Governar bem, será conseguir cumprir em elevado grau, aquilo que se vai incluir no Plano.

A realidade, porém, é bem diversa. Ninguém sai daqui a saber o que se vai fazer e neste momento, ninguém sabe, o que é que estará feito no final do ano.

Propõe-se e irá decidir-se que este ano serão gastos 33.5 milhões de contos em investimento público.

No final do ano ver-se-á quanto na realidade se gastou, mas a situação financeira regional aponta para que seja acentuadamente menos do que esta verba.

Mas, para além disso, ter-se-á que avaliar o verdadeiro impacto no desenvolvimento gerado pelo investimento.

A este respeito tem que dizer-se que esse impacto tem sido muito pequeno, especialmente nos últimos anos, e que continuará a sê-lo, de forma muito notória este ano.

As razões desse pequeno impacto económico do investimento que hoje se faz, deriva de vários factores, de entre os quais destaco:

- A abusiva classificação como investimento de muitas despesas incluídas no Plano.
- A inconsequência de várias políticas sectoriais, com a consequente inadequação de muitas acções.
- A má aplicação de verbas importantes, em função de uma definição de prioridades erradas.
- A não avaliação prévia de recursos reais e concretos, e a permanente tentação de usar o Plano como um instrumento de propaganda do partido do Governo.
- O insuficiente debate das principais prioridades de cada ilha e das principais prioridades regionais.

Com um fraco e pouco reprodutivo investimento público, e com um tecido empresarial privado sobrecarregado com custos financeiros demasiado pesados, nomeadamente o custo do investimento e a carga fiscal, temos que viver um tempo de profunda crise económica.

Como todos sabemos, a crise económica reflecte-se, em primeira mão, muito negativamente na vida dos trabalhadores.

É, no entanto, absolutamente necessário, que fique totalmente claro, que a razão de ser de toda esta situação se deve às políticas que têm sido feitas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No futuro é necessário um outro Plano, sem macro-programas, muito mais ligado à realidade e que perca, totalmente, a natureza de instrumento do poder imediatista do Governo e dos Srs. Secretários.

Num futuro muito próximo, é também necessário que existam outras regras para o financiamento da Região e é necessário que o recurso à dívida passe a ser encarado como uma medida possível e não como um caminho inevitável.

Estes documentos correspondem a um tipo de documento político caracterizador de um período que, na realidade, já acabou.

Este Orçamento e este Plano são próprios de uma prática política onde o domínio governamental é a regra.

Com um Plano que não planifica e com um Orçamento que não prevê, não é possível fazer políticas acertadas.

Por tudo isto votaremos contra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr^a. e Sr. Secretário Regional:

Estamos a concluir mais um processo de aprovação do Plano e do Orçamento anuais da Região.

Fazemo-lo, pela primeira vez, desde há muitos anos, com um Governo da República resultante de eleições que deram a vitória ao Partido Socialista. Fazemo-lo, julgamos que pela última vez, antes da aprovação de uma Lei de Finanças para as Regiões Autónomas, onde se estabeleça, à margem de vicissitudes negociais, um quadro estável de referências do essencial das participações do Orçamento de Estado.

Desde cedo, o PS/AÇORES afirmou a sua esperança em que não se observasse nos Açores, para o ano em curso, um constrangimento das despesas de investimento, o que se afiguraria preocupante, e, cito "teria consequências extraordinariamente negativas nos níveis de crescimento económico, na estabilidade empresarial e na evolução do emprego".

Uma das condições para que isso não se verificasse de imediato, era a de obter por parte do Orçamento de Estado níveis de solidariedade compatíveis. Felizmente, tanto para o governo, como para os partidos da oposição, ou seja, para os açorianos, essa ajuda não nos faltou.

Seria imoral, não face às nossas necessidades, mas face à evolução anterior dos termos dessa solidariedade, pedir um acréscimo de quase seis milhões de contos na transferência do OE da rubrica devida ou indevidamente chamada de custos de insularidade. Foi razoável, porém, que o Governo da República a tenha aumentado para cerca de quinze milhões e meio de contos, cumprindo assim a promessa de crescimento feita pelo PS em campanha eleitoral.

Foi bom que, em outra rubrica do Orçamento de Estado, o Governo da República tenha decidido apoiar os Açores no pagamento dos juros da dívida regional em mais de cinco milhões de contos.

Foi excelente que, a outros níveis, da Universidade dos Açores até às autarquias, do Projecto NAV II até às indemnizações dos terrenos da Base das Lajes, do apoio à comercialização de livros, revistas e jornais até à construção de uma segunda rede de cobertura geral de televisão, o Governo PS tenha reforçado a sua contribuição financeira e directa para os Açores em muitos milhões de contos.

Foi justificado também, em ano de elaboração da Lei de Finanças Regionais e face aos problemas suscitados pelos objectivos de convergência para a União Económica e Monetária, que o Governo da República tenha procedido à autorização de um aumento do endividamento líquido da Região, tendo em atenção necessidades invocadas de financiamento. O Governo Regional deverá usá-la no limite do exigível. A contenção e o rigor, tão arredios da prática governativa regional, são alternativas plenamente utilizáveis para obviar a acréscimos significativos do endividamento, que em muitos casos e circunstâncias têm sido um mal desnecessário.

Todas essas situações, indiciam, já o afirmei, uma postura do Governo PS de clara inversão da estratégia de sufoco financeiro dos Açores, que vinha a ser meticulosamente praticada pelo governo do PSD.

Os socialistas provaram que a sua defesa das autonomias regionais e dos interesses dos açorianos não se subordina a estratégias de calendários eleitorais, facultando ao governo regional, neste último ano do seu mandato antes de eleições, todos os recursos de que necessitava. Ou melhor: mais do que o próprio governo regional pediu. Possivelmente, isso aconteceu pela primeira vez na história da autonomia democrática dos Açores.

No final do período de execução dos documentos que hoje serão certamente aprovados, não existirão nenhuma desculpas para o incumprimento de quaisquer programas, projectos ou acções neles previstos.

O Governo Regional, que tinha elaborado este Plano e este Orçamento julgando que o Governo da República não o iria apoiar financeiramente, fica assim obrigado a cumpri-los na íntegra e não contará com outros obstáculos que não sejam os da sua inércia, incompetência ou incapacidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sabemos, porém, que a política representada nas opções do Plano, mesmo que a sua execução venha a ser significativa em ano de eleições, não é, como não foi nos anos anteriores, a que melhor utiliza e potencia os recursos empregues.

O passado recente revela com eloquência como a execução do Plano a Médio Prazo que se esgota este ano, não conduziu à realização de nenhum dos seus objectivos sociais e macro-económicos.

Não se processou qualquer movimento de reestruturação da economia impulsionado pelo governo; as empresas açorianas prosseguem com crescentes dificuldades e progressivamente descapitalizadas, no sector agrícola, no comércio, na indústria e em algumas áreas de serviços; não se operou a dinamização prevista do investimento; estamos muito longe das projecções anunciadas na criação de postos de trabalho; verificou-se um aumento alarmante do desemprego, que continua a crescer e é o maior do país; diminuíram, drasticamente, os rendimentos das famílias açorianas e expandiram-se as manchas de pobreza; os Açores registam os níveis de inflação mais altos do país; prossegue a desertificação das ilhas mais frágeis e a desocupação do mundo rural.

Em suma, não fortalecemos a nossa economia, não ajudámos as empresas regionais, não aproveitámos os nossos recursos humanos, e voltámos, de novo, atrás, na melhoria das nossas condições de vida.

A economia açoriana continua a afastar-se em queda face à economia nacional, ao invés, de resto, do que se passa com a Madeira, a qual, apesar de tudo, tem operado a sua convergência. Os problemas da integração europeia continuam sem a prioridade que urge conferir-lhes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Já o dissemos - este Plano e este Orçamento não são os nossos, porque não coincidem com a orientação que temos vindo a defender para a despesa e o investimento público. Definimos muito claramente, aquando da discussão do Programa deste Governo, opções que conflituam com a perspectiva económica do partido actualmente maioritário e que divergem também, no que toca ao impulso inadiável que o PS deseja conferir às políticas sociais e de solidariedade, e ao valor estratégico do sector da educação.

Mas mesmo este Plano e Orçamento em apreciação, são documentos que, à semelhança dos anteriores, serão vítimas da infidelidade dos seus autores governamentais e dos seus "apoiantes" parlamentares.

Esta infidelidade é previsível, atendendo aos seus métodos de actuação política, à falta de credibilidade comprovada dos seus executores, aos critérios de transparência sempre defraudados no passado. Este Governo, por mais que simule, não rompeu com estes vícios. Só os prolonga com uma aparência mais benévola.

O exemplo público mais flagrante, está no aumento das despesas não desagregadas para este ano. O Governo de Madrugada da Costa - ou do actual PSD, se se preferir - reserva para si ainda mais dinheiro sem destino conhecido, do que os governos de Mota Amaral o fizeram.

Estamos sinceramente convencidos que, do despesismo inconfesso do V Governo Regional, passamos para as migalhas farisaicas do VI Governo que ele diz poupar à mesa mediática dos pequenos-almoços do orçamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com os poucos recursos que temos, tão importante como poupar, é gastar o dinheiro bem gasto. É uma forma de honrar os que nos ajudam e de ajudar os que nos honram com a sua confiança.

Detenhamo-nos apenas num caso, entre muitíssimos outros invocáveis, em que os erros acumulados de estratégia e de gestão, prejudicaram e prejudicam toda a população e todas as empresas nos Açores: a paridade entre os preços de electricidade para o consumidor no Continente e nos Açores.

Em meados da década de oitenta, a electricidade para o consumo doméstico era sensivelmente 6,5% mais barata do que no Continente. Há três anos já era 6% mais cara. Hoje, ainda é mais. Promete-se o seu aumento, obrigando muitas famílias açorianas a maiores sacrifícios para usufruirmos desse bem essencial.

No caso dos consumidores industriais, a electricidade é quase 50% mais cara nos Açores do que no Continente. Falando em concreto, bastará dizer que um consumidor médio industrial em S. Miguel, é obrigado a pagar pelo menos mais mil e trezentos contos por ano do que com o mesmo consumo no Continente, não incluindo o valor acrescido das outras taxas pagas na Região. No seu conjunto, os industriais só na ilha

de S. Miguel, pagam por ano de energia eléctrica mais de meio milhão de contos do que deveriam pagar. Em média, cada empresa poderia reinvestir em mais um posto de trabalho, e no seu conjunto, em mais de três centenas de postos de trabalho. Isso, não falando dos consumidores industriais das outras ilhas. Isso, não falando das empresas de comércio e de serviços por toda a Região.

Verifica-se, assim, que se o Governo Regional tivesse investido, reestruturado e capitalizado a EDA, teria empregue eficaz e reprodutivamente recursos financeiros do Orçamento Regional, ou até de parceiros e proveniências externas, agindo "a montante" da dinamização económica, do tecido empresarial e do emprego, gastando menos do que agora tem que compensar em acções paliativas deslocadas da origem dos problemas criados.

Falamos do caso da energia, como poderíamos falar de muitos outros que ilustram o sentido com que colocamos as nossas divergências face às políticas de afectação da despesa pública.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Não podemos, com certeza, deixar de reconhecer que também existem aspectos positivos na acção deste e dos anteriores governos, como também se indiciam alguns nos documentos que estamos a apreciar.

Evidentemente que o PS aplaude a afectação de verbas para a construção de caminhos agrícolas no perímetro de ordenamento agrário dos Arrifes, tal como o já tínhamos feito e continuamos a fazer no caso do Paúl.

Para o PS, é positivo o facto de se proporcionar finalmente às Câmaras Municipais um volume apreciável de verbas provenientes da Comunidade Europeia para a recuperação dos edificios das nossas escolas primárias. Podíamos já tê-lo feito, sem grandes encargos para a Região, evitando a degradação a que se chegou e a insegurança que atinge muitas crianças, professores e funcionários.

O PS regista como muito relevante a atenção que se dispensa no Plano a alguns apoios a conceder, no âmbito da prevenção primária da toxicodependência e no financiamento de centros de atendimento e aconselhamento de tóxicodependentes e famílias.

O mesmo se pode dizer sobre a instituição da compensação salarial aos pescadores que estejam impedidos, por razões do estado do mar, de exercer a sua actividade. Depois de, por vários anos, o PSD ter recusado as propostas do PS nesta Assembleia nesse sentido, finalmente o Governo acabou por ceder e concordar. Infelizmente só depois de, na sua luta pela sobrevivência, muitos pescadores terem corrido riscos, em alguns casos fonte de sofrimentos irreparáveis para muitas das suas famílias. Afinal, nem era difícil satisfazer essa obrigação. Será executada em 1996 com o dinheiro que o Governo da República transfere para a Região para participar no sistema de segurança social.

Porém, como atrás justifiquei, estas e outras medidas que saudamos não anulam o juízo global negativo que fazemos do Plano e do Orçamento propostos para 1996.

Quero, porém, reafirmar perante os açorianos que o PS não deseja ganhar eleições só para mudar. Não se deve mudar o que está bem. Tudo o que é positivo, tudo o que foi feito e bem feito, é um valor acrescentado que queremos manter e valorizar.

Só valerá a pena alterar o que é possível fazer melhor. O que julgamos que é necessário para progredir.

Somos diferentes dos que só querem destruir. Também somos diferentes dos que só aplaudem.

A esperança em melhorar é a nossa ambição. A firmeza, a humildade e a disponibilidade para servir, dão-nos a força que necessitamos.

Temos uma teimosia: a de que os Açores podem ser melhores!

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O debate do Plano e Orçamento para 1996 foi política e tecnicamente esclarecedor.

Desfizeram-se equívocos, clarificaram-se pontos de vista, cruzaram-se argumentos.

O Parlamento Açoriano cumpriu o seu dever.

O PSD está plenamente satisfeito com o resultado do debate travado.

O ambiente e o tempo político que vivemos, envolvendo também este Plano e Orçamento, está recheado de mudanças e de novas oportunidades, o que naturalmente estimula o Partido Social Democrata.

Estamos perante um novo Governo Regional.

Realizaram-se eleições legislativas nacionais e presidenciais.

O PSD realizou o seu Congresso, do qual saíu um novo líder.

Vai ter lugar uma nova reflexão sobre Finanças Regionais.

A revisão constitucional está em curso.

A Conferência Intergovernamental terá lugar este ano.

Em Outubro, finalmente, realizam-se eleições legislativas regionais.

É neste quadro, politicamente tão rico de acontecimentos e de desafios, que o PSD está apostado em dar à Autonomia o rosto de um novo século, sem descurar as suas responsabilidades no presente.

Acautelando sempre a unidade dos Açores e não fomentando qualquer bairrismo, mesmo que se inscreva apenas numa estratégia parlamentar, como fez o PS em certa altura do debate.

Sem recorrer impropriamente a citações de ilustres Autonomistas numa tentativa falhada de corporizar a razão da História, quando a História político-partidária do regime autonómico não dá razão ao PS, embora o contemple como principal partido da oposição.

Alguns Deputados socialistas acusaram mesmo o PSD de ser um partido desgastado, quando nos Açores o PS se tem desgastado mais na oposição do que o PSD no poder. No Grupo Parlamentar do PS, se um Deputado critica a percentagem de verbas atribuída a uma ilha, logo outro se apressa a reclamar as necessidades da ilha que o seu colega julga estar injustamente beneficiada.

É uma estratégia de anulação mútua que, se entre partidos é compreensível, dentro do mesmo grupo parlamentar é, no mínimo, estranho.

A estratégia do PS de atacar este Plano, designando um porta-voz de cada ilha, revelou-se, afinal, fatal.

Depois de anunciar que o PS tinha uma visão global e alternativa para esta política económica que o Governo apresentou, as propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista revelam precisamente o contrário, pois correspondem, no essencial, a reclamações que os Deputados Socialistas de cada ilha apresentaram - o que é justo, mas não é coerente com o discurso inicial pomposamente anunciado.

O PS quer ser alternativa, mas sente, pelos vistos, uma grande dificuldade em ultrapassar a postura e a cultura de oposição que durante tantos anos, em muitos casos com os mesmos protagonistas, com destaque para o seu líder actual, tem assumido.

Não é com um discurso de encerramento, no qual se pretende dar a aparência política desejada, mas que intrinsecamente não se tem, que se consegue disfarçar o PS de sempre, que foi pela boca dos seus Deputados deixando aqui a verdadeira prova do que é.

Afinal, todos são da mesma escola - da escola do seu líder - e se todos têm dificuldade em mudar-se, muito mais difícil seria mudar todos.

Contra essa atitude, o PSD apresenta uma nova liderança e não uma liderança de um passado de insucessos políticos e continua a assumir funções governativas com dignidade, competência, realismo, transparência e seriedade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A altura em que esta Assembleia discutiu o Plano e Orçamento para 1996, permitiu conhecer a intenção do Governo da República em matéria de relacionamento financeiro com a Região.

Eis uma virtude que uma Lei de Finanças Regionais, com valor jurídico reforçado e que estabeleça regras estáveis e satisfatórias, pode assegurar para o futuro. O Governo Regional apresentou, justificada e competentemente, as suas pretensões ao Ministro das Finanças. O Governo da República respondeu afirmativamente e com isso - reconhecemos - cumpriu bem o seu dever.

Mas para o PS, o Ministro das Finanças foi generoso, para o PSD o Ministro das Finanças respondeu, com justiça, às nossas aspirações.

Foi o Governo Regional que foi razoável na proposta apresentada, não foi o Ministro que foi generoso na solução preconizada.

Este Governo Regional foi, porque é, sério e realista e competente e todos sabemos que as verbas que serão transferidas, e este Plano e Orçamento, não dão resposta a tudo o que os açorianos anseiam.

Contudo, todos percebemos porque é que o PS entende que o Sr. Ministro foi generoso - é porque se apressou a defender as pretensões do Governo da República em matéria financeira, quando as mesmas ainda não eram totalmente conhecidas.

O PS chegou a defender menos do que afinal acabou por ser contemplado e, por isso, tudo o que viesse a mais era pura generosidade.

Tal desacerto de gabinetes, acabou por revelar a postura estratégica do PS que se sintetiza, até ao momento, no seguinte: defender, e até propôr, congratulações por tudo o que o Governo da República faça, mesmo que isso contrarie posições anteriormente assumidas, porque tudo o que o Eng. Guterres fizer é certamente bom para o PS/Açores.

Puro engano - porque não é por isso, ou essencialmente por essa razão, que se ganham eleições nos Açores. Se os resultados das eleições legislativas nacionais foram a porta que se abriu para tal estratégia, já as eleições presidenciais foram o "chumbo" do primeiro semestre deste percurso estrategicamente académico do Partido Socialista dos Açores.

Nem mesmo quando perdeu as eleições, o Prof. Cavaco Silva vos serviu para a estratégia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A solução financeira encontrada pelo Ministro das Finanças, em diálogo profícuo com o Governo Regional, revela, a avaliar pelas próprias declarações do líder do PS, a credibilidade e o rigor que o Orçamento da Região exhibe e contém.

Mas isso não nos admira.

Já quando o actual Ministro das Finanças era Presidente do Tribunal de Contas, reconhecia publicamente que a forma como nos Açores se aplicam os dinheiros públicos, merecia o seu juízo positivo - que isso não se confunda com um apoio político que, de resto, nem lhe competia dar.

Nessa altura, o PS/Açores não gostou da postura daquele que hoje assume a importante pasta das Finanças no Governo Socialista e deixou mesmo transparecer o seu incómodo e fez divulgar a sua crítica ao então Presidente do Tribunal de Contas.

O PS/Açores não sabia se ganhava as eleições e muito menos adivinhava quem seria o Ministro das Finanças.

Como nunca se sabe o que o destino nos reserva, o que é mesmo bom é termos razão e actuar com coerência.

O que pedimos ao Governo da República é que seja justo, pois não esperamos generosidades; o que queremos do Governo da República é que seja solidário com a Autonomia e com os Açorianos, mesmo que não sejam os seus amigos políticos do mesmo partido que governem os Açores; o que exigimos do Governo da República é que respeite os órgãos de Governo próprio da Região e que não partidarize o Estado, apesar dos amigos que possa e queira ter nos Açores.

Sempre que o fizerem terão o nosso reconhecimento, que não será certamente equivalente à perspectiva encantada que o PS/Açores tem do Governo da República.

Cumpra o Governo da República o seu papel, nós faremos o resto.

E é isso que estamos a fazer com este Plano e Orçamento que tem uma evidente preocupação com o desenvolvimento equilibrado dos Açores no quadro financeiro que se nos apresenta.

O VI Governo Regional foi, em matéria financeira, transparente ao ponto de esclarecer os centavos; O Orçamento é rigoroso, para que fosse credível e coerente com o Programa de Governo e com o PMP, até para ser legítimo.

Este Plano e Orçamento serão concretizados por um Governo competente e empenhado, que está a governar bem - isso os açorianos estão a sentir.

Para o PSD o que é decisivo é que o Governo concretize os compromissos que hoje assumirá perante o Parlamento.

É esse percurso de bem servir e de muito trabalho, no qual não nos faltará nem a convicção, nem a audácia que, com a humildade de sempre, vamos percorrer até Outubro.

Depois o povo terá a palavra.

E ainda bem que assim é, porque são as eleições que legitimam as razões que hoje pensamos ter.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para proceder ao encerramento do debate sobre o Plano e Orçamento para 1996, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (*Madruuga da Costa*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estamos realizando o 1.º período legislativo da última Sessão da V Legislatura e em Julho e Setembro próximos, celebram-se 20 anos sobre o dia em que esta Assembleia se reuniu pela primeira vez, por direito próprio, e posteriormente em sessão inaugural, na sequência das primeiras eleições regionais, realizadas nos Açores em 1976.

Vinte anos de autonomia.

Vinte anos de uma experiência nova que os açorianos agarraram e souberam com ela produzir frutos.

Vinte anos de trabalho e de esforço.

Vinte anos de resultados que estão aí para quem quiser apreciar a obra de um povo.

Mas também vinte anos para quem quiser apreciar a obra de um povo que, dirigido por aqueles que sucessivamente foi escolhendo, dando maiorias como é o caso do Partido Social Democrata, puderam ao longo deste tempo construir uma Região livre, onde se vive democraticamente, onde se praticam os valores mais profundos e mais nobres da Democracia Ocidental.

Coincide este 20º aniversário, com a próxima e anunciada revisão constitucional que naturalmente ficará a assinalar este ano um ponto alto da nossa vida política.

Efectivamente, será a ocasião para que, fazendo valer os nossos pontos de vista, os Açores e os açorianos possam fazer introduzir as alterações julgadas convenientes, para que se melhore aqui e no nosso País, o regime autonómico, para que possa ser entendido e possa desenvolver-se.

Não podia, pois, nesta ocasião, deixar de, nesta tribuna, dar uma palavra de bem haja por estes vinte anos de governo dos Açores, pelos açorianos, com os seus órgãos de governo próprio.

Chegaremos, hoje, ao fim, de um trabalho de 3 dias em que se apreciou o Plano e o Orçamento para 1996, um instrumento de trabalho do Governo que vem aqui buscar a sua legitimação, através da aprovação que deles será feita pelos legítimos representantes do povo dos Açores.

É este Plano, a 4ª parte do Plano de Médio Prazo aqui apresentado para o quadriénio de 1993/96, que obteve a aprovação da Assembleia, que ao longo dos anos veio a ser desenvolvido e realizado e agora, se quisermos num rápido busquejo, poderemos claramente verificar que, na sua parte essencial, bem como a maioria dos seus objectivos, foram conseguidos.

E - pasme-se! - quando ao fim de vinte anos, é possível pela primeira vez ver o líder do Partido Socialista, nesta Casa, não querer "tapar o sol com a peneira" e reconhecer que nestes documentos há coisas boas e positivas. Coisa que até agora nunca se tinha visto, em vinte anos!

Bem hajam também estes vinte anos de autonomia, por este reconhecimento (finalmente!) dos méritos do nosso trabalho.

Penso, no entanto, que esta..."fartura" de boa vontade por parte do Sr. Deputado Carlos César...

(Risos da bancada do PSD)

... não é inocente. Ela faz parte daquilo que o Sr. Deputado vem tentando encontrar como caminho para a sua apresentação ao eleitorado em 1996, em Outubro próximo.

É que esta proximidade que ele julga ter do poder, já lhe dá a responsabilidade de perceber que orçamentos diferentes deste e planos diferentes deste, não são fáceis.

Dei-me ao trabalho, ontem, de ir contabilizando algumas reivindicações de alguns Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista, cada qual virado para a sua ilha, e fiquei a ver que se acrescentássemos esses milhares, e nalguns casos até milhões, a este nosso documento, teríamos então, sim, que ter encontrado forma de não colocar

com clareza ao Governo da República e ao Sr. Ministro das Finanças, uma situação lógica, coerente, rigorosa e parcimoniosa, mas alguma coisa perfeitamente desfasada do tempo e fora da realidade.

Tantas foram as reivindicações. Aliás, depois de comparar os discursos dos Srs. Deputados dessa bancada, e realizar as alterações que propõem - Santo Deus! - é ter do Orçamento e do Plano uma visão que nem é rigorosa, nem parcimoniosa, mas, significa apenas não querer mesmo deixar passar aquilo que é bom, sem levar um reparo. É uma espécie de "nicar"!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há vinte anos que vimos sofrendo "nicadas"!

E há vinte anos que vimos **resistindo** e vamos continuar a resistir, porque este Orçamento é bom, porque este Plano é bom e porque eles mereceram a chancela do Ministro das Finanças!

Foi o rigor da nossa proposta, foi a rapidez e os esclarecimentos prestados, foi o conjunto de elementos enviado, que possibilitaram que tivéssemos no OE a realização daquilo que pedíamos.

E temos também em conta outra coisa. Ou seja, não temos dúvida nenhuma de que o conhecimento, por parte do Sr. Ministro das Finanças, da realidade regional, ajudou a que nós alcançássemos este desiderato.

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: O Sr. Prof. Cavaco Silva conhecia a Região, tinha a sua política e por isso nunca se ouviu dizer aqui - Sr. Deputado Dionísio de Sousa - que os Açores recebiam o dinheiro suficiente. Antes pelo contrário, sempre dissemos que não era o suficiente!

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

O Orador: Sempre aqui testemunhámos que as verbas que recebíamos do OE eram poucas, que constituíam uma injustiça e por isso, tínhamos que encontrar, na via do

endividamento - calcule-se, já também aprovado pelo Sr. Deputado Carlos César! - como a possibilidade de garantir o emprego pleno na Região!

Sr. Deputado: é com este Plano, foi com os endividamentos anteriores, foi com os anteriores planos, que se conseguiu travar o crescimento do desemprego nos Açores e que ele não disparasse nos anos 90 e no final dos anos 80, como disparou no resto do País.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD).

Presidente: Sr. Presidente, dispõe de mais um minuto.

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente.

O Plano é bom e vai cumprir-se.

O Orçamento é rigoroso e vai continuar a ser administrado com rigor e com parcimónia.

Garanto, nesta Casa, perante os açorianos!

Mas mais, Srs. Deputados:

Ao contrário daquilo que muitos de vós querem fazer crer e ao contrário daquilo que alguns pretendem fazer acreditar, este Orçamento e este Plano não são um conjunto de números ou de papéis.

Por detrás deste Orçamento e deste Plano, de há vinte anos a esta parte, há um povo que quer ter mais!

Há um povo para quem procuramos, há vinte anos, servir melhor e servir sempre!

E servir, na linha do desenvolvimento equilibrado da nossa Região. E temo-lo conseguido!

Srs. Deputados:

O Governo veio a esta Casa com estes documentos e mesmo que eles aqui viessem a não ser aprovados, posso-vos garantir que pelo menos no coração dos açorianos, eles teriam o seu acolhimento!

Muito obrigado.

(Aplausos de pé das bancadas do PSD e do Governo).

Presidente: Está encerrado o debate sobre o Plano e o Orçamento para 1996.

Assim sendo, vamos proceder à votação destes documentos. E começamos pela votação do Plano, na generalidade, para 1996.

Quero ainda declarar que usarei o meu direito de voto e fá-lo-ei com o Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Plano para 1996 foi aprovado na generalidade com 26 votos a favor do PSD e registou 17 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Luís pede a palavra para?

Deputado Rui Luís (PSD): Sr. Presidente, gostaria de fazer uma interpelação à Mesa e neste âmbito, agradecia que o meu tempo não fosse descontado.

Gostaria de pedir à Mesa que verificasse nos documentos que foram entregues para alterações ao Plano e ao Orçamento, porque depois de uma breve análise já feita, parece existir aqui alguma discrepância entre valores.

Portanto, para podermos posteriormente analisar isto correctamente, gostaríamos que essas propostas de alteração entregues pelo Grupo Parlamentar do PS fossem revistas. Relativamente à proposta de alteração do Orçamento também apresentada pelo Partido Socialista, existe uma discrepância no Mapa II, entre os valores inscritos na coluna por capítulos e nos valores inscritos por departamentos.

Por conseguinte, nesta discrepância entre os valores que se diminui e os que se aumenta, há aqui uma diferença.

Depois, penso que também falta a apresentação do Mapa IV que também teria que ser apresentado, dadas estas alterações, para ser votado, porque quando os orçamentos são votados vêm também sujeitos a votação os Mapas II, III, IV e V. Por isso, faltaria aqui a proposta de alteração para o Mapa IV.

Depois, temos aqui a proposta de alteração ao Plano que, na totalidade dos reforços propostos, tem um valor que é inscrito no Orçamento e para as verbas do Plano tem também outro valor.

Portanto, eu agradecia ao Sr. Presidente que verificasse estas questões que eu levantei e que solicitasse, junto dos proponentes, a alteração a estes documentos para que possamos, em nome do rigor e da técnica orçamental que tanto têm sido apregoados nesta Casa, analisar isso em condições.

Muito obrigado.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS) .

Presidente: Srs. Deputados, atenção, agradecia uma certa disciplina na Sala.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa também para interpelar a Mesa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção para o facto de que em todos os parlamentos, onde existe a tradição da introdução de alterações aos planos e orçamentos, existem técnicos para fazerem essas alterações.

É assim na Assembleia da República e noutros parlamentos. Ou seja, os técnicos é que elaboram os mapas.

É evidente que nesta Assembleia, mercê da vossa generosidade para com ela, não há técnicos de espécie nenhuma.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Pelo menos ao serviço da Assembleia não há.

Existem, sim, para todos os diplomas que por aqui passam, comissões de redacção final que também fazem essas correcções que nós nos dispensamos muitas vezes de votar em todos os outros diplomas.

O que eu proponho ao Sr. Presidente, é que essas correcções de ajustamento de números e de mapas que têm um algarismo a mais ou a menos, sejam feitas como foram feitas em 1992, quando se fizeram alterações ao Plano e Orçamento nesta Assembleia. Esses ajustamentos foram feitos pela Comissão de Economia, Finanças e

Plano que levou um longo período nesse processo. Aliás, isso está na memória das pessoas que por cá estavam na altura...

Deputado Victor Cruz (PSD): Mas não é isso, Sr. Deputado.

O Orador: É isso. O problema é esse e só esse!

E, inclusivamente, quem conhece essa história de 1992, sabe que havia divergências entre as contas que a Comissão fazia e aquelas que eram feitas pelos técnicos da Secretaria das Finanças.

Isso levou semanas a ser discutido. Eu participei nessa discussão, por isso tenho essa experiência.

Esses aspectos que foram aqui referidos, podiam não ter surgido se esta Assembleia tivesse meios técnicos para resolver estes problemas.

Não tinha em 1992 e não tem agora.

Em 1992 a solução adoptada foi no sentido da comissão de redacção suprir essas deficiências.

O que eu proponho à consideração do Sr. Presidente é que, para este caso concreto...

Deputado Victor Cruz É mais por uma questão de rigor.

O Orador: O rigor é uma questão simplesmente técnica. É uma questão de tempo, de trabalho de gabinete - queiram reconhecer ou não, a verdade é essa.

Portanto, eu deixo isto à consideração da Mesa para não se prolongar e não se eternizar esta votação, ou seja, que estas deficiências que são de carácter técnico - volto a repetir - sejam supridas pela comissão de redacção, se por acaso as propostas de alteração forem aprovadas.

Deputado Rui Luís (PSD): Isso é uma desculpa para não admitir o erro!

O Orador: Não é desculpa nenhuma!

É a realidade.

Presidente: Srs. Deputados, tenham calma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Luís para interpelar novamente a Mesa.

Deputado Rui Luís (PSD): Sr. Presidente, quem andou a falar em rigor durante todo este debate foram os Srs. Deputados do PS.

Falam em rigor e exigem rigor da nossa parte e da parte do Governo e depois fazem propostas de alteração sem o mínimo de rigor!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: 1.º Exemplo:

Srs. Deputados, como é que um técnico ao serviço desta Assembleia, pode imaginar como é que fazem propostas de alteração, reforçam-nas em termos do Plano num determinado valor - 789.800 - e depois no Orçamento essa verba está colocada com outro valor - 790 mil.

O técnico é que vai imaginar onde é que querem pôr a diferença?!

Pelo amor de Deus, Srs. Deputados!

Apresentem as propostas de alteração correctamente e com rigor, para depois os técnicos fazerem as alterações de redacção ou de colocação de números conforme querem. Mas o técnico não pode adivinhar onde é que os senhores querem colocar os números.

Presidente: Srs. Deputados, um pouco de silêncio por favor, para a gente perceber o que é que se passa.

Eu não sei concretamente quais são as deficiências.

Uma coisa, é um aspecto incorrecto que se resolve em sede de redacção, outra questão são os valores que aqui estão, porque eu vou pô-los à votação e há propostas concretas.

Portanto, a Mesa não pode tomar a liberdade de alterar esses números.

Será assim?

Se assim for, eu peço que vejam isso com algum cuidado, porque a Mesa não pode resolver esse problema.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PSD e PS)

Presidente: Srs. Deputados, eu peço um pouco de elegância. Deixem uns falarem para os outros poderem ouvir.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não é elegância, é compostura.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, eu queria informar a Mesa e esta Câmara que as afirmações que foram feitas não foram provadas.

As alterações introduzidas pelo Partido Socialista são alterações que, no rigor técnico, são neutras, ou seja, não alteram os valores globais apresentados.

O que aqui se fez foi reforçar, de uma forma exemplificativa, as verbas do Plano nos sectores que nós apresentámos em 790 mil contos, ao mesmo tempo que nos gabinetes da Sra. Secretária das Finanças, do Sr. Secretário da Agricultura e Pescas e do Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, lhes era retirada verba correspondente. Ou seja, as alterações são neutras, não significam nem aumento de despesa global nem variação nas receitas.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Luís.

Deputado Rui Luís (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sem querer estar a prolongar esta questão, gostaria de deixar a decisão a tomar ao critério do Sr. Presidente.

Porém, não posso permitir que o Sr. Deputado Fernando Lopes diga que as minhas afirmações são falsas.

Sr. Deputado, se pegar na vossa proposta de alteração e somar todos os reforços de verbas que são aqui inscritos, verá que o valor não corresponde depois às alterações que são feitas nos mapas do Orçamento.

Deputado Fernando Fonte (PS): Mas que valor é esse?

O Orador: Já disse há pouco. São 789.800. E depois o Sr. Deputado veio dizer que tinha sido feito um reforço de 790 mil contos.

Deputado Fernando Fonte (PS): Então faltam 200 não é?

O Orador: Também já disse que os mapas do Orçamento não estão certos.

Aliás, a falta de rigor é tanta, que os Srs. Deputados querem alterar a verba do gabinete da Secretaria das Finanças, que é uma verba que contém uma dotação

provisional para os vencimentos. E depois como é que os Srs. Deputados vão justificar isso?!

Além disso, eu posso demonstrar também as incorrecções que estão feitas na proposta de alteração ao Plano.

Portanto, Sr. Presidente, eu só peço que sejam feitas as correcções, para depois nós podermos analisar estes documentos.

Presidente: Eu pedia aos Srs. Vice-Presidentes o favor de se acercarem da Mesa.

(Pausa)

Presidente: Srs. Deputados, agradeçia que retomassem os vossos lugares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A questão suscitada pelo Grupo Parlamentar do PSD consiste, essencialmente, no seguinte: o Partido Socialista apresentou um conjunto de propostas respeitantes ao Plano, com o reforço de determinadas verbas e naturalmente que tinha que retirar de outras verbas afectas a outras despesas o montante correspondente.

O que aconteceu é que nessas contas há uma divergência que não chega a duas dezenas de milhar de contos. Ou seja, quando alguém fez contas - nem me lembro se foi um funcionário do Grupo Parlamentar - a conta não deu certo.

O que é que é preciso fazer?

É preciso acertar a conta. Tirar mais uns 10 mil e tal contos...

Deputado Rui Melo (PSD): Claro! Já devia ter assumido isso!

O Orador: Essa é a questão magna, esta é a super questão política, este é o facto político que se queria apresentar em relação ao Partido Socialista, para acusá-lo de falta de rigor!

Quando muito, se tivesse sido eu a fazer as contas diria assim "olha, enganei-me na conta" - resume-se a isto a questão que aqui foi suscitada.

Quem quiser fazer disto um facto político, faz. Mas, francamente, não compreendo como é que é possível numa mera manobra que se destina apenas a fazer espectáculo

político, suscitar esta questão e até condicionar a própria discussão do Plano e do Orçamento a esta questão.

Se a Comissão de Economia, Finanças e Plano não quiser, por exemplo, fazer essas contas, o Partido Socialista não tem problema. Pede meia hora de intervalo, ou um quarto de hora, vamos fazer a conta e vamos rectificá-la, se é um número que está errado.

Mas também quero dizer com muita franqueza a todos quantos já estão há muitos anos aqui que eu, como deputado nesta Assembleia, em múltiplas comissões parlamentares, já colaborei em **múltiplas situações** para rectificar erros ou contas provenientes de departamentos governamentais.

Em muitas circunstâncias também, documentos como o Orçamento, já vieram com contas erradas para esta Casa.

Este ano o próprio Governo mandou-nos inicialmente uma proposta em que também tinha errado nas contas, razão pela qual teve que fazer a respectiva rectificação.

Mas tudo bem, nós também vamos fazer uma rectificação, tal como o Governo Regional fez em relação à sua proposta de Orçamento, com a desvantagem de que nós não temos uma legião de técnicos, pagos com o dinheiro de todos, para colaborar num trabalho que temos que fazer aqui num curto período de horas.

Peço ao Sr. Presidente da Assembleia, ou melhor requeiro, com as respectivas consequências regimentais, um intervalo que nós procuraremos que seja o mais breve possível, dentro dos limites regimentais.

Muito obrigado.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Nos termos regimentais, está concedido um intervalo.

(Eram 16,20 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 17,10 horas)

Presidente: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou para o Programa I a seguinte substituição de valores:

No Mapa II onde se lê "**Secretaria Regional da Agricultura e Pescas - 559.936**" deve ler-se "**569.936**".

Eu chamo a atenção dos Srs. Deputados que os tempos ainda disponíveis a utilizar pelas diversas bancadas são os seguintes:

PSD - 18 minutos.

PS - 3 minutos.

O PCP já esgotou o seu tempo, bem como o Sr. Deputado Independente.

Portanto, pedia aos Srs. Deputados que tivessem isto em conta e fossem breves nas suas intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Eu queria afirmar nesta Casa que a suposta falta de rigor nas propostas por nós apresentadas, se resume a um erro de digitação de 200 contos, no Programa I.

Há ainda um outro erro de digitação no Mapa II em que se trocou um 5 por um 6, estando os totais, no entanto, correctos. Ou seja, há uma parcela em que é trocado um 5 por um 6.

São estas as faltas de rigor do Partido Socialista.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Luís.

Deputado Rui Luís (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para me congratular pela correcção que foi feita.

Penso que na minha 1ª intervenção limitei-me tão só a levantar uma dúvida em termos de valores e penso que a resposta teria que ser dada imediatamente.

Emendou-se o erro e já agora que estamos ainda em matéria de correcções, no Programa 15 parece que também houve um erro de digitação, ou seja, refere-se que

para o aeroporto do Pico a verba foi reforçada em 25 mil contos e depois na dotação há um reforço de 150 mil contos, portanto esclarecia-se também esta situação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

De qualquer maneira, agradecia que fosse breve, porque o seu tempo está a esgotar-se.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ainda para discutir este problema de rigor e apenas para dizer que foi afirmado pelo Sr. Deputado Rui Luís, quando introduziu esta questão, que esta situação era um exemplo da falta de rigor do Partido Socialista.

Eu vou dar-vos um exemplo de falta de rigor, citando o Parecer sobre a Conta da ALRA referente ao ano de 1994, cuja presidência era exercida pelo meu amigo e actual Presidente do Governo Regional, e que mereceu no Relatório da Comissão de Organização e Legislação o seguinte parágrafo que me limito a ler - e aliás, esta Conta até já tinha passado pelo Tribunal de Contas...

Deputado Rui Melo (PSD): E pela Mesa da Assembleia da qual o Sr. Deputado é Vice-Presidente!

O Orador: Exactamente!

Bem, vou então ler:

"Entre o total rectificado e a despesa realizada, constata-se uma diferença para menos, de 539 mil 933 contos 733 escudos, valor que não corresponde ao apresentado na folha 2 do Mapa comparativo que é de 582 mil 104 contos 805 escudos.

Este erro corresponde à diferença do total rectificado e da despesa realizada na rubrica "outros serviços" que apresenta a importância, para menos, de 46 mil 451 contos, 499 escudos e 50 centavos, quando deveria ser 4 mil 645 contos 494 escudos e 50 centavos.

Na análise global da respectiva Conta de Gerência, depreende-se que esta diferença apresentada no mapa comparativo entre as despesas orçadas e pagas, é o resultado de uma subtracção mal efectuada que não produz efeitos na sua apreciação".

Coloquemos, portanto, todas as coisas com a devida dimensão e dêmos-lhes os seus devidos nomes.

Enganar toda a gente se engana. Até o Tribunal de Contas em contas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Luís.

Deputado Rui Luís (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em temos de rigor orçamental, vamos até ao centavo.

O que o Sr. Deputado Carlos César acabou de dizer só revela que a Comissão de Organização e Legislação produziu um bom trabalho.

No caso concreto, não seria o Grupo Parlamentar do PSD quem deveria emendar o erro nem a Comissão de Economia, Finanças e Plano, pois só terá que fazer a redacção final.

Portanto, os Srs. é que apresentaram as propostas, por isso é que tinham que alterá-las.

Por isso, o Sr. Deputado não venha dar-me lições aqui, porque os Srs. é que apresentaram as propostas mal. Corrigiram, ainda bem, fica o erro corrigido!

Presidente: Vamos então proceder à votação do Programa 1 do Plano.

Votaremos programa por programa e submeterei sempre em primeiro lugar à votação as propostas de alteração.

Assim sendo, vou pôr à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista para este Programa 1.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração para o Programa 1 foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 18 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para interpelar a Mesa.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se fosse possível, em vez de ser indicada a proposta de alteração, preferíamos que ela fosse lida ao plenário para termos conhecimento de qual o conteúdo da proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo para interpelar a Mesa.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao definirmos a nossa metodologia, pedimos para votarmos em conjunto todos os programas em que não há alterações em vez de votarmos programa a programa.

Aqueles que têm proposta de alteração votaremos separado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes,

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu aceitaria essa metodologia, só que o PS tem posições de voto diferentes em relação aos vários programas. Sendo assim, não é possível agrupá-los dessa forma.

Presidente: Srs. Deputados, vamos continuar a votar programa a programa e vou apresentar as propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo para interpelar a Mesa.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, quero reflectir em voz alta consigo.

As propostas de alteração deverão ser transcritas nos diários das sessões.

Se formos ler todas as propostas apresentadas pelo Partido Socialista, será que não devíamos ler as propostas apresentadas pelo Governo?

Era esta a questão que pretendia pôr.

Presidente: Essa questão é pertinente, só que tenho que referir aqui que as propostas de alteração, de acordo com a tradição, são lidas, mas não existe um artigo regimental que nos obrigue a tal.

Eu estou a seguir a tradição da Casa, embora não seja muito antigo.

Aliás, sobre esse assunto, penso que quem deveria apresentar a proposta de alteração devia ser o Grupo Parlamentar respectivo. Na minha opinião é mais lógico e mais coerente.

Se este for o entendimento dos Srs. Deputados, os grupos parlamentares passam a apresentar as suas propostas, em vez de a Mesa ler.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria que o Sr. Presidente apresentasse as suas propostas. Também é uma praxe da Assembleia. Não é necessário que o PS leia as suas propostas.

Presidente: Não é isso que está em causa, mas se assim o entendem, o Presidente da Assembleia apresenta as propostas de alteração de acordo com a tradição.

O Programa 1 já foi votado, mas eu vou fazer a sua apresentação para que fique claro.

"Programa 1

O projecto de ordenamento agrário inclui ainda o abastecimento de água à lavoura de Santa Maria e o reforço da dotação para caminhos rurais em S. Jorge.

O projecto de transformação e comercialização inclui ainda o projecto e início dos matadouros industriais de São Miguel e Terceira."

A dotação é, como já tinha referido, de 4 687,2.

Passamos agora ao Programa 2.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo para interpelar a Mesa.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Penso que tínhamos que votar o Programa 1.

Presidente: Sr. Deputado, nós já votámos o Programa 1. Eu só repus a situação da leitura.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, nós votámos a proposta do PS a qual rejeitámos. Agora temos que votar a proposta do Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem razão Sr. Deputado.

Vou pôr à votação o Programa 1, conforme proposta apresentada pelo Governo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

Secretário: A Proposta apresentada pelo Governo foi aprovada com 27 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e registou 18 votos contra do PS e 1 voto contra do Sr. Dep. Independente.

Presidente: Programa 2.

Para este programa o Grupo Parlamentar do PS propõe que se acrescente " projecto frota pesqueira e estruturas portuárias". Inclui ainda a reparação e ampliação da rampa de varagem do Porto de pescas da Praia da Vitória.

Dotação 1 833,8 mil contos."

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao Programa 2, apresentada pelo PS foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, 18 votos favor do PS, 1 voto a favor do PCP e 1 voto favor do Sr. Dep. Independente.

Presidente: Vamos votar o Programa 2 conforme proposta apresentada pelo Governo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 2 apresentado pelo Governo foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 18 votos contra do PS, 1 voto contra do Sr. Dep. Independente e registou 1 voto de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 3. Desenvolvimento Turístico.

Não havendo qualquer proposta de alteração, vou pôr à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 3 apresentado pelo Governo foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 18 votos contra do PS, 1 voto contra do Sr. Dep. Independente e registou 1 voto de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 4 - "Apoio aos sectores empresariais privado e público".

Não havendo qualquer proposta de alteração, vou pôr à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 4 apresentado pelo Governo foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 18 votos de abstenção do PS, 1 voto de abstenção do PCP e 1 voto de abstenção do Sr. Dep. Independente.

Presidente: Programa 5 - "Desenvolvimento Industrial".

Não havendo qualquer proposta de alteração, vou pôr à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 5 apresentado pelo Governo, foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 18 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Dep. Independente.

Presidente: Programa 6 - "Artesanato".

Não havendo qualquer proposta de alteração, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 6 apresentado pelo Governo foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 18 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Dep. Independente.

Presidente: Programa 7 - "Modernização do Comércio e Serviços".

Não havendo qualquer proposta de alteração, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 7 apresentado pelo Governo foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 18 votos de abstenção do PS, 1 voto de abstenção do PCP e 1 voto de abstenção do Sr. Dep. Independente.

Presidente: Programa 8.

Para este programa o Partido Socialista apresenta a seguinte proposta de alteração.

"No projecto designado 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundários e acção EP2/3 e ensino artístico, em Angra do Heroísmo, é reforçado em 80 mil contos.

Escola Secundária da Lagoa - dotação 2 463 milhares de contos."

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada pelo PS ao Programa 8, foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 18 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Sr. Dep. Independente.

Presidente: Vou pôr à votação o programa 8, conforme a proposta inicial.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 8 apresentado pelo Governo foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 18 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Dep. Independente.

Presidente: Programa 9 - "Equipamentos escolares".

Não havendo qualquer proposta de alteração, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 9 apresentado pelo Governo, foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e registou 18 votos contra do PS e 1 voto contra do Sr. Dep. Independente.

Presidente: Programa 10 - "Saúde".

Vamos votar este programa conforme proposta inicial.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 10 apresentado pelo Governo foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 18 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Dep. Independente.

Presidente: Programa 11 - "Trabalho, Emprego e Formação Profissional".

Vamos votar este programa conforme proposta inicial.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 11 apresentado pelo Governo foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 18 votos contra do PS, 1 voto contra do Sr. Dep. Independente e registou 1 voto de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 12 - "Juventude".

Vamos votar este programa conforme proposta inicial.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda, faça favor de se sentar.

Secretário: O Programa 12 apresentado pelo Governo foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 18 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Dep. Independente e registou 1 voto contra do PCP.

Presidente: Programa 13 - "Transportes Terrestres".

O Partido Socialista apresenta a seguinte proposta de alteração:

- "**construção da variante da estrada regional 1/1ª no Faial**".

- "**empreitada de pavimentação em betão betuminoso da estrada regional 1/2ª Velas-Nortes-Relvinha e ramal para a Calheta.**

Reforço - 50 mil contos

Dotação - 4.440 milhares de contos".

Está à votação esta proposta de alteração que acabei de ler.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao Programa 13 foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 18 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 voto de abstenção PCP.

Presidente: Votamos então o Programa 13 - "Transportes Terrestres" conforme a proposta inicial.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 13, conforme a proposta inicial, foi rejeitado com 27 votos contra do PSD, 18 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa 14 - "Transportes Marítimos".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 14 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 18 votos contra do PS, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa 15 - "Transportes Aéreos".

Para este programa o PS apresenta uma proposta de alteração que passo a ler:

"No projecto de transportes aéreos, a acção 15.1.3 - Aeroporto do Pico, ampliação da pista e beneficiação da aerogare - é reforçada em 25 mil contos e a dotação é de 350 mil".

Está à votação esta proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada pelo PS, foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 18 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Votemos então o Programa 15 - "Transportes Aéreos" - conforme a proposta inicial.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 15, conforme a proposta inicial, foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 18 votos contra do PS, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos ao Programa 16 - "Apoio aos Transportes" - para o qual não há qualquer proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 16, conforme a proposta inicial, foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 18 votos contra do PS, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos ao Programa 17 - "Energia" - para o qual não há também qualquer proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 17, conforme a proposta inicial, foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e registou 18 votos contra do PS e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Programa 18 - "Ambiente" - para o qual não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 18, conforme a proposta inicial, foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 18 abstenções do PS, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Programa 19 - "Protecção da Orla Marítima". Também não há qualquer proposta de alteração para este programa.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 19, conforme a proposta inicial, foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 18 votos contra do PS, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa 20 - "Recursos hídricos".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 20, conforme a proposta inicial, foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 18 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa 21 - "Habitação e ordenamento do território" - para o qual o Partido Socialista apresenta a seguinte proposta de alteração:

"O projecto "apoio à construção e aquisição de habitação própria", é reforçado para a Ilha das Flores no montante de 20 mil contos.

Dotação - 2.485 milhares de contos".

Está à votação esta proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração para o Programa 21, foi rejeitada com 26 contra do PSD, 18 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Votemos então o Programa 21, conforme a proposta inicial.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 21 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD e registou 18 abstenções do PS, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao Programa 22 - "Equipamentos colectivos" - para o qual não há qualquer proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 22 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD e registou 18 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Programa 23 - "Defesa e preservação do património".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 23 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD e registou 18 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao Programa 24 - "Modernização dos média" - para o qual também não há qualquer proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 24 foi aprovado 27 votos a favor do PSD e registou 18 abstenções do PS, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Programa 25 - "Desporto".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 25 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 18 abstenções do PS, 1 abstenção do Sr. Deputado Independente e registou 1 voto contra do PCP.

Presidente: Programa 26 - "Segurança Social".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Programa 26 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Programa 27 - "Protecção Civil".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 27 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e registou 18 abstenções do PS e 1 abstenção do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Programa 28 - "Administração regional e local".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 28 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e registou 18 votos contra do PS e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Programa 29 - "Planeamento, Finanças e Estatística".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 29 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 18 votos contra do PS, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Finalmente, passamos ao Programa 30 - "Cooperação Externa".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 30 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 18 votos contra do PS, 1 voto contra do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos então à votação final global do Plano para 1996.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: O Plano para 1996 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD e registou 18 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Passamos à Proposta de DLR sobre o Orçamento da RAA para 1996.

Informo desde já que recebi a indicação de que o Grupo Parlamentar do PSD assume as propostas da Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Vamos então votar o Orçamento da RAA para 1996 na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: O Orçamento da RAA para 1996 foi aprovado, na generalidade, com 27 votos a favor do PSD, 18 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Passamos à votação na especialidade.

Está à votação o artigo 1.º.

Informo ainda os Srs. Deputados que as propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista, deixam agora de estar à votação, pois deixam de ter sentido, uma vez que foram todas rejeitadas na votação do Plano.

Portanto, está à votação o artigo 1.º com os seus mapas de 1 a 4, bem como os seus anexos.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1.º, os mapas de 1 a 4, bem como os seus anexos, foram aprovados com 27 votos a favor do PSD e registou 18 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2.º foi aprovado com 27 votos a favor do PSD e registou 18 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Artigo 3.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3.º foi aprovado com 27 votos a favor do PSD e registou 18 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao artigo 4.º, para o qual há uma proposta de alteração da Comissão para a alínea a).

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4.º foi aprovado com 27 votos a favor do PSD e registou 18 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Para a alínea b) deste artigo 4.º há também uma proposta de alteração apresentada pela Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A alínea b) do artigo 4.º foi aprovada com 27 votos a favor do PSD e registou 18 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Ainda neste artigo 4.º, há uma proposta da Comissão no sentido de que a alínea d) passe a alínea e) e a introdução de uma nova alínea cujo texto passo a ler:

"As condições dos empréstimos internos não poderão ser mais gravosas do que as resultantes do mercado em matéria de prazo, datas de juro e demais encargos, podendo as mesmas ser objecto dos ajustamentos técnicos que se revelarem aconselháveis".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração da passagem da alínea d) a e), bem como a introdução de uma nova alínea, foi aprovada com 27 votos a favor do PSD e registou 18 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Ponho então à votação a alínea c) e d) que depois passa a alínea e), conforme a proposta inicial.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: As alíneas c) e d) do artigo 4.º foram aprovadas com 27 votos a favor do PSD e registaram 18 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao artigo 5.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 5.º foi aprovado com 27 votos a favor do PSD e registou 18 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Artigo 6.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6.º foi aprovado com 27 votos a favor do PSD e registou 18 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao Capítulo III.

Se não houver qualquer objecção por parte dos Srs. Deputados, poria à votação em bloco este Capítulo, bem como o Capítulo IV, com os seus artigos 7.º, 8.º, 9.º e 10.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: Os Capítulos III e IV artigos com os artigos 7.º, 8.º, 9.º e 10.º foram aprovados com 27 votos a favor do PSD e registaram 18 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Passamos à votação final global do Orçamento da RAA para 1996.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: O Orçamento da RAA para 1996 foi aprovado com 27 votos a favor do PSD e registou 18 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente as Propostas de Plano e Orçamento para 1996, por considerar que as mesmas correspondem no seu todo, aos principais anseios manifestados pela sociedade açoriana e permitirão uma acção deste Governo com base em critérios de rigor e de disciplina orçamental perspectivada para

a resolução dos problemas e desafios que se colocam à Região e, particularmente, a cada uma das suas parcelas.

O Plano ora aprovado, tendo em conta os recursos disponíveis, contém opções de investimento que se consideram prioritários na perspectiva do interesse regional e merece ser realçado pelo realismo das suas propostas e pela inerente preocupação da sua efectiva exequibilidade.

As alterações que o Partido Socialista apresenta são mais demagógicas do que realistas.

Representam uma mera necessidade que o PS sente em se afirmar pela via mais fácil, fica muito aquém do que pediu durante o debate e por isso representam a tal "picada" que o PS não poderia deixar de dar sem deixar de ganhar nada com isso.

Se as suas propostas fossem aprovadas, o PS retiraria verbas dos gabinetes dos secretários que se destinavam ao pagamento dos funcionários.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Também aqui o PS fez propostas sem saber o que é que estava a fazer, pois acabaria por retirar vencimentos a funcionários de diferentes secretarias regionais.

A alternativa global à política económica do Governo que o PS falou, faliu perante as propostas aqui apresentadas.

O PS, neste debate de orçamento e plano, foi vítima do seu próprio discurso.

Com a aprovação destes importantes documentos, o Governo Regional terá os instrumentos necessários para prosseguir a sua acção e atingir os princípios defendidos e os propósitos anunciados no plano a médio prazo e, desse modo, contribuiu para o progressivo desenvolvimento dos Açores.

Disse.

Deputado Rui Melo (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Peço à Comissão de Economia e Finanças que faça a redacção final dos textos destes dois diplomas.

Passemos ao 2.º ponto da ordem do dia, que se refere a um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução sobre a "Prevenção da Sida".

Está aberta a discussão sobre este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome do rigor, gostaria de informar a Câmara que no requerimento do PS sobre o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, na linha 1, onde se lê "**regime na Assembleia**", deve ler-se, é óbvio, mas é melhor reafirmar, "**do Regimento da Assembleia**".

Em relação ao pedido em si, **também em nome do rigor**, apenas dois comentários sobre a dispensa de exame em comissão e sobre a urgência.

Em relação ao primeiro, as razões vêm apontadas no texto, mas talvez seja melhor dizer em voz alta que trata-se de saber a vontade desta Assembleia em relação a uma incumbência dada à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais. Essa vontade só pode ser apurada nesta Assembleia.

Em relação à urgência, a aprovação desta Proposta de Resolução dará mais um mês e tal para que a Comissão possa fazer um trabalho que tem alguma complexidade e delicadeza e que convém estar pronto até ao começo do Verão, altura em que, como é da nossa experiência, se põem problemas especiais em relação às campanhas sobre a sida.

São essas as razões que nos levaram a submeter à apreciação desta Assembleia o Pedido de Urgência sobre esta Proposta de Resolução.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Em relação a este Pedido de Urgência, vamos votá-lo favoravelmente.

Sobre a matéria em si, temos esperança de que sendo aprovada esta urgência, ela depois será devidamente analisada, porque esta matéria sobre a Prevenção da Sida é importante e por isso mesmo pensamos que valerá a pena discutir aqui, daqui a pouco, a possibilidade da comissão especializada vir a fazer um relatório pormenorizado sobre esta matéria.

Como disse, analisá-la-ei na ordem de trabalhos quando discutirmos a matéria.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar o Pedido de Urgência.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Conforme tinha ficado combinado na Conferência, a Proposta de Resolução passa para o ponto n.º 10 da nossa ordem do dia.

Passemos ao ponto n.º 4 da nossa ordem de trabalhos que se refere à Proposta de Resolução sobre " Endividamento externo para a Região para 1996" .

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar na generalidade esta Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução sobre o Endividamento, foi aprovada com 25 votos a favor do PSD, 15 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Dep. Independente.

Presidente: Passemos à votação na especialidade.

Artigo 1.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado com 26 votos a favor do PSD, 14 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Dep. Independente.

Presidente: Artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2.º foi aprovado com 26 votos a favor do PSD, 14 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Dep. Independente.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução sobre o Endividamento foi aprovada na globalidade com 26 votos a favor do PSD, 13 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Dep. Independente.

Presidente: Passemos ao ponto n.º 5 da ordem do dia que se refere à Proposta de Resolução sobre "Fixação do limite de avales a conceder pela Região para 1996".

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução sobre o Limite de Avales foi aprovada com 26 votos a favor do PSD, 14 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do Sr. Dep. Independente.

Presidente: Passemos ao ponto n.º 6 que se refere à Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "Alteração das normas que regulamentam os concursos de pessoal docente dos ensinos básicos (2.º e 3.º ciclos) e secundário".

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta na generalidade, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão na especialidade.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Socialista naturalmente vota a favor, porque entende que esta é uma matéria que há mais tempo se fazia sentir na nossa Região.

Porquanto pensamos que com a obrigação dos professores terem que anunciar a sua aceitação da vaga, faz com que se possa recuperar todas aquelas que não tinham sido aceites em primeira fase para a segunda fase do concurso.

Igualmente, vem permitir que as escolas mais rapidamente possam ter professores, pelo menos com habilitação própria, quando se verificava que nos últimos anos têm ficado vagas disponíveis para professores. Essas vagas depois são ocupadas por professores sem qualquer tipo de habilitação, o que tem, efectivamente, prejudicado a Região. Esta é uma situação a que se deve pôr cobro.

Por outro lado, - desde já, deixamos ficar a nossa opinião - outro tipo de medidas devem ser tomadas com muita cautela, porque nem sempre podem ser minimamente legais, o que não é o caso deste diploma.

Presidente: Não havendo mais intervenções, passamos a votar o artigo 1.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão sobre o artigo 2.º.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 2.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Oliveira.

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata aprovou o presente Decreto Legislativo Regional, dado que o Decreto-Lei n.º 18/88, de 21 de Janeiro, vem regulamentar a disciplina de concurso de docentes dos ensinos preparatório e secundário na 1.ª e 2.ª fase.

Contudo, o referido Decreto-Lei foi adoptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/88/A, de 19 de Abril.

Porém, com a aplicação do citado Decreto Legislativo Regional veio a verificar-se que o mesmo enfermava da ausência de determinadas disposições legais...

Presidente: Sra. Deputada, está a fazer uma declaração de voto?

A Oradora: É sim Sr. Presidente.

Presidente: Mas nós não fizemos a votação final global.

A Oradora: Desculpe, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar à votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada na globalidade por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Oliveira para uma declaração de voto.

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Foi falta de rigor Sr. Presidente, peço desculpa à Câmara. O Decreto-Lei n.º 18/88, de 21 de Janeiro, vem regulamentar a disciplina de concurso de docentes dos ensinos preparatório e secundário na 1.ª e 2.ª fase.

Porém, o referido Decreto-Lei que foi adaptada à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/88/A, de 19 de Abril, não contemplava situações que com a sua aplicação vieram a revelar-se necessárias, uma vez que conduziam a situações penalizadoras para as escolas e o seu correcto funcionamento, dado que a 2.ª fase do concurso era feita sem que se tivesse ainda conhecimento real de quais os professores que colocados na 1.ª fase do concurso viriam, de facto, a ocupar os lugares onde tinham sido colocados.

Como se tem vindo a verificar, muitos dos docentes colocados na 1.ª fase do concurso não tomavam posse dos lugares em que tinham sido colocados e isto sem qualquer aviso prévio.

Tal facto, como é óbvio, colocava sempre a dificuldade ao bom funcionamento das nossas escolas que só depois do início do ano lectivo podiam recorrer aos mini-concursos para o preenchimento dos lugares, efectivamente, não preenchidos.

A legislação agora votada, visa responsabilizar os professores na aceitação dos lugares onde foram colocados e para os quais concorreram.

A obrigatoriedade que se impõe neste Decreto Legislativo de comunicação da sua aceitação até ao dia 30 de Junho, permite que na 2.ª fase do concurso, as vagas efectivamente não preenchidas na 1.ª fase, sejam novamente postas a concurso e a

recorrer-se o menos possível aos mini-concursos, o que permitirá uma maior capacidade e possibilidade das escolas iniciarem o ano lectivo com maior número de docentes sem os correspondentes custos quer para a escola, quer para os docentes.

A educação é um processo que se quer responsável dada a sua implicação na vida concreta dos nossos jovens. Daí que se tenha procurado, embora numa questão meramente processual, responsabilizar desde o início os docentes.

Por outro lado, este diploma visou igualmente, alargar ao Concelho da Povoação o regime da preferência conjugal, dado que quando se aprovou o Decreto Legislativo Regional n.º 18/88/A, o ensino básico e oficial do 2.º e 3.º ciclo secundário, ainda não tinha sido criado naquele concelho.

Este diploma que vem beneficiar todo o nosso sistema educativo, vai se por nós votado favoravelmente.

Presidente: O diploma baixa à Comissão para redacção final.

Vamos fazer um intervalo. Recomeçamos os nossos trabalhos às 18.30 horas.

Peço aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e ao Sr. Deputado Paulo Valadão, o favor de nos encontrarmos 10 minutos antes de começarmos a nossa sessão, na sala da Mesa.

Eram 18.05 horas.

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que tomem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18.45 horas.

Passamos ao ponto n.º 7 da nossa ordem do dia que se refere à Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Medidas Cautelares para a Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas".

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando o PS recebeu esta proposta do Governo sobre medidas cautelares para a Lagoa das Furnas, teve duas ou três preocupações relacionadas com algum rigor a introduzir no diploma, alguns elementos adicionais de informação - alguns dos quais viram concretização nos trabalhos da Comissão, outros não - e afastar alguns pressupostos que tinham estado na base do diploma, como por exemplo a preocupação de repetir literalmente o diploma nacional que serve de base a essas medidas preventivas.

Se me fosse permitido mais uma vez, chamaria a atenção para algumas falhas que por vezes um pouco, misteriosamente, são sistemáticas nalguns diplomas regionais e este é mais um exemplo.

Parece difícil perceber porque é que muitas das propostas que vêm do Governo, esquecem que todo o diploma tem que ter um artigo a indicar o objecto e o âmbito, dois artigos diferentes ou um no mesmo diploma.

Este é um exemplo desta situação.

Também algumas informações complementares que eu referi, acabaram por não ter concretização e vêm referidas num dos pareceres das entidades que foram consultadas sobre o número exacto da área abrangida, a situação das explorações dessa área - não sei se neste momento será possível acrescentar mais alguns dados a este respeito, mas talvez fosse útil.

Em resultado de tudo isto, surgiram as alterações que constam do relatório da Comissão que o PS assume e que nos parecem de forma muito mais adequada do que aquela que trazia a proposta do Governo e que vem corresponder às necessidades e à situação de medidas de carácter preventivo/cautelar e provisório, para a problemática em questão da protecção das lagoas.

Temos uma proposta de alteração relativamente ao artigo 4.º, mas falaremos dela na altura própria.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Realmente a Comissão aquando da análise deste diploma, entendeu que para uma melhor sistematização e compreensão do mesmo - em que se introduzia no seu artigo 1.º a sujeição a medidas preventivas, entrando directamente na enumeração dessas medidas, descurando de alguma maneira a parte do objecto e do âmbito - dever-se-ia introduzir o artigo 1.º e o artigo 2.º, definindo o objecto e o âmbito.

Quanto ao resto, devo dizer que esta questão foi bastante discutida e a Comissão entendeu que como se trata de medidas que irão ter um período de validade temporal, porque como diz o diploma são **medidas cautelares** - e como tudo o que é cautelar é para ter um prazo de vigência transitório - dever-se-ia introduzir um prazo de vigência fixando ao Governo um período de 3 anos, relativamente ao qual deverá ser apresentado a esta Assembleia um plano de ordenamento da bacia hidrográfica desta lagoa. Porque, como os Srs. Deputados sabem, há alguns diplomas pendentes nesta Comissão - alguns há mais de 2 anos - sobre matérias das bacias e que urge sejam acelerados.

Nessa medida, a introdução pela Comissão desse prazo de vigência, partiu do princípio de que isso faria com que esses diplomas fossem tratados com celeridade.

Quero dizer, para terminar, que o diploma, com as alterações introduzidas pela Comissão, foi aprovado por unanimidade, por isso desconhecemos agora qual a alteração que foi referida há pouco pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa, mas iremos apreciar e ouvir.

Gostaria ainda de dizer ao Sr. Presidente que a bancada do PSD vai assumir as propostas introduzidas pela Comissão.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar esta Proposta de Decreto Legislativo Regional na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o "Estabelecimento de medidas cautelares para a Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas" foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão na especialidade.

A Comissão propõe a introdução de 2 novos artigos que passo a ler:

"Artigo 1.º - Objecto

O presente diploma tem como objecto estabelecer medidas preventivas aplicáveis na Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas".

Está aberta a discussão sobre este artigo.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 2º, tal como a proposta da Comissão e que passo a ler:

"A Bacia Hidrográfica é definida pelas quotas superiores de toda a área circundante à lagoa, a partir das quais a escorrência de afluentes se faça para a mesma, de acordo com a planta anexa ao presente diploma do qual faz parte integrante".

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, era apenas para chamar a atenção para a Comissão de redacção ter em consideração que a palavra **afluentes** está mal. É, sim, **afluente**.

Presidente: Tem razão, Sr. Deputado. Fica feito o reparo.

Vou pôr à votação este artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O artigo 2.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O artigo 1.º da proposta inicial passa a artigo 3.º e vamos passar a este artigo, para o qual a Comissão propõe as seguintes alterações:

- Para o n.º1, alínea b) - "construção de edifícios ou outras instalações".

Vou pôr à discussão, simultaneamente, as 3 alíneas para as quais há alterações.

Portanto, as alíneas b), c) e d) do nº1, proposta da Comissão.

- Alínea c) - "implantação de parques de campismo";

- Alínea d) - "efectuar arroteias".

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para chamar a atenção, aliás é também uma questão de redacção, suponho que não é necessário qualquer discussão, para o facto de que alterou-se o artigo que define a bacia hidrográfica, mas não se fez a alteração correspondente no artigo em que se inicia a redacção para as medidas. Ou seja, continua a dizer-se "**na área definida na planta anexa**". Efectivamente, a área não está definida na planta, mas sim no artigo anterior.

Portanto, eu sugeria à Comissão de redacção que tivesse em conta esta mesma alteração para o n.º 2 e o n.º 3, por uma questão de precisão e de sistematização correcta do diploma.

Assim sendo, o começo do n.º 1 em vez de ficar "**na área definida na planta anexa**", ficaria "**na área definida no artigo anterior, ficam etc....**". E a mesma situação para o n.º 2, ou seja, em vez de "**relativamente à área definida no número anterior**" passa para o n.º 1, bem como o mesmo em relação ao n.º 3.

Presidente: Após estas sugestões do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, passamos à votação das alíneas b), c) e d), propostas pela Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: As alíneas b), c) e d) do n.º 1 foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Passamos à alínea a) do artigo 1.º da proposta inicial que depois será 3.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: A alínea a) do artigo 1.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para o n.º 2 há uma proposta de alteração da Comissão para a alínea d) que passo a ler:

"d) Destruição do solo vivo e do coberto vegetal, com excepção dos amanhos e grangeios tradicionais".

A alínea f) ficará com a seguinte redacção:

"f) Reconstrução e/ou ampliação de edifícios ou outras instalações".

Está aberta a discussão sobre estas duas alíneas.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: As alíneas d) e f) do n.º 2 foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação das restantes alíneas do n.º 2.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: As alíneas a), b), c) e e) do n.º 2 foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação do n.º 3, com as alíneas a), b) e c), bem como o n.º 4 do artigo 1.º da proposta inicial.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O n.º 3 e as suas alíneas, bem como o n.º 4 do artigo 1.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 2.º que vai passar a 4.º.

A Comissão propõe para este artigo uma nova redacção que passo a ler:

"Às medidas preventivas e estabelecidas por este diploma aplicam-se, supletivamente, as disposições constantes do Decreto-Lei 794/76, de 5 de Novembro".

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O artigo 2.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 3.º, para o qual a Comissão apresenta uma proposta de alteração que passo a ler:

"São competentes para promover o cumprimento das medidas estabelecidas neste diploma, as Secretarias Regionais da Agricultura e Pescas, do Turismo e Ambiente e da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações".

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O artigo 3.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 4.º, para o qual a Comissão apresenta uma proposta e o Partido Socialista também apresenta uma outra proposta que no fundo é um aditamento do n.º 2 que passo a ler:

"O Governo Regional garantirá a publicidade adequada destas medidas e do seu início e termo de vigência junto das entidades públicas e particulares, directamente envolvidas na sua aplicação".

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para uma breve justificação desta proposta de alteração.

Gostaria de confirmar a sua validade. Para além da circunstância de medidas cautelares terem um início e um termo fixos, convém que as entidades que estejam directamente envolvidas na aplicação das medidas tenham conhecimento delas e que a publicidade junto dessas entidades, nomeadamente das entidades particulares, mas também das públicas aqui citadas - como por exemplo, as juntas de freguesia, etc... - informe, atempadamente, o início, vigência e o conteúdo dessas medidas.

Para além dessa racionalidade que nos parece própria deste tipo de medidas, chamo a vossa atenção para o facto de que o diploma que está na base da elaboração dessa proposta, o Decreto-Lei 794/76, de 5 de Novembro, e que estabelece normas gerais para as medidas preventivas, prevê essa publicidade e nesse caso dos municípios que devem dar publicidade ao início e termo das medidas preventivas, etc. e afixarem nos locais próprios essa publicidade. Não nos parece necessário aqui esse pormenor, mas parece-nos haver vantagem neste aditamento, como uma obrigação que facilitará o cumprimento e a compreensão das próprias medidas e sobretudo, do seu início e do seu termo.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar a proposta apresentada pelo PS, ou seja, o aditamento ao n.º 2 do artigo 4.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento ao n.º 2 do artigo 4.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vou pôr à votação a proposta da Comissão que passa também a ter um n.º 1.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O n.º 1 do artigo 4.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos à votação final global da Proposta de Decreto Legislativo sobre "Medidas Cautelares na Bacia Hidrográfica na Lagoa das Furnas".

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada na globalidade por unanimidade.

Presidente: Passemos ao outro ponto da ordem do dia que se refere à Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Linha de Crédito a Curto Prazo para a Agricultura".

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/95, "Criação de uma linha de crédito a curto prazo para a agricultura", visa a aplicação à Região de legislação em vigor no Continente.

No nosso entender, é bem vinda, porque permite a todos os agricultores, independentemente da localização geográfica da sua exploração, terem acesso às mesmas condições de bonificação.

Também é bem vinda, face ao custo do dinheiro para as explorações agrícolas. Talvez pudesse ter vindo mais cedo.

Contudo, vem numa circunstância em que as taxas de juro já estão a descer e, de certa forma, vem contribuir para um acelerar da descida dos custos financeiros para as explorações agrícolas.

Sob este ponto de vista, é uma proposta positiva e merecerá o nosso apoio.

Porém, permitam-nos fazer alguns reparos que, aliás, vêm reflectidos no relatório da Comissão aprovado por unanimidade.

Em primeiro lugar, e relativamente à designação desta proposta, "Criação de uma linha de crédito a curto prazo", verifica-se aqui uma repetição da designação utilizada pela legislação continental, quando de facto não estamos perante a criação de uma linha de crédito, mas sim de uma bonificação. Daí que a proposta da Comissão que nós subscrevemos faça sentir a necessidade de se alterar a designação para

estabelecimento no sistema de bonificação às linhas de crédito de campanha de curto prazo para a agricultura, pecuária e silvicultura.

Nesse sentido, aparece a proposta da Comissão, que nós também subscrevemos, para redefinição, no que diz respeito ao objecto, em que dizia que: "é estabelecida uma linha de crédito a curto prazo que visa o desenvolvimento e a melhoria das condições operacionais das actividades agrícolas."

É quase uma transcrição do diploma continental. Pensamos que a redacção ficará como se diz, consoante o objectivo e a intenção dos proponentes, ou seja, "é objecto do presente diploma o estabelecimento do sistema de bonificação às linhas de crédito de campanha de curto prazo, destinadas ao envolvimento e às melhorias das condições orgânicas e funcionais das actividades agrícola, pecuária e silvicultura".

Ditas estas questões, eu terminaria dizendo que dentro do âmbito geral deste diploma, ele abrange todas as actividades, sejam elas do domínio agrícola, pecuário ou silvícola e abrange também, pela informação que nos foi prestada pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, as actividades que são consideradas de agricultura sem terra, nomeadamente a agricultura e a engorda intensiva de bovinos.

Aliás, é nessas actividades que se verifica um maior dispêndio orçamental para o orçamento regional, em termos de verba.

Pensamos que o incentivo deveria ser modelado, de modo a afectar preferencialmente a agricultura e as actividades com terra e não as actividades intensivas.

De qualquer forma e como disse no início da minha intervenção, iremos votar favoravelmente este diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Apenas para dizer que o objecto desta Proposta de Decreto Legislativo Regional, já constava no conjunto das aspirações dos agricultores há longa data.

Aliás, esta matéria já foi versada em vários documentos elaborados pelas associações e cooperativas agrícolas e, como tal, vem dar resposta a uma aspiração de longa data, independentemente de aparecer na sequência do que está em prática no Continente.

Digo isto, porque as empresas descapitalizadas fizeram um esforço de investimento e têm-se desenvolvido nos últimos anos. Este tipo de medidas vem reduzir substancialmente os custos financeiros, nomeadamente para satisfazer necessidades de fundo de maneio em operações de curto prazo, operações por um ano.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins.

Deputado Manuel António Martins (Ind.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É evidente que vou votar esta Proposta favoravelmente, mas penso que ela já vem tardia e, ao contrário do que o meu colega António Almeida disse, no continente esta situação já está sendo ultrapassada e vou ler um pequeno texto a respeito disso:

"A necessidade de dotar os agricultores açorianos de instrumentos que lhe permitem competir em condições de igualdade com os seus congéneres comunitários e desenvolver as condições orgânicas e funcionais da actividade dos sectores agrícola e pecuário, são objectos há muito perseguidos pelos governantes nacionais e regionais. No entanto, os recursos colocados à disposição para cumprir tal, não têm sido suficientes e quando tal sucede não se pode pedir milagres aos agricultores, nem criar expectativas no mundo rural e muito menos esperar que através do mercado e das suas regras tudo resolva.

Desde que o regulamento comunitário 797/85 entrou em vigor, com todas as suas vantagens e inconvenientes, não existe uma cabal cobertura para os apoios necessários às explorações agrícolas, sobretudo no que respeita ao crédito de campanha, ou a curto prazo com bonificação de juros, e uma linha de crédito para o apoio à produção de carne de bovino.

Foram dois aspectos que desde 1986 têm sido descurados".

Consideramos que esta situação não sendo directamente responsável pela dificuldade financeira das explorações, concorre de modo importante para as frequentes dificuldades de tesouraria que, usualmente, caracterizam as empresas agrícolas da nossa Região.

Esta dificuldade leva a que se recorra a crédito de curto prazo para fazer face a despesas, atrasos imprevistos nos subsídios devidos aos produtores e nas receitas normais de exploração.

Estas operações bancárias, contratadas por períodos reduzidos, são muitas vezes reconvertidas noutras de prazo mais alargado, perdem a sua configuração de curto prazo e sem que tenham um carácter de investimento, acabam por agravar a dívida das explorações.

Por sabermos que o futuro próximo será caracterizado por uma subida dos preços dos factores de produção, com especial incidência para os adubos e rações, subida esta que dificilmente será compensada com uma apreciação dos produtos agrícolas com aspecto particularmente grave no sector das carnes, com os preços a caírem a pique, porque constamos que o tempo entre a apresentação de projectos de investimentos e o pagamento do respectivo subsídio é demasiadamente alargado, porque verificamos ainda que as ajudas ao rendimento nem sempre são pautadas por uma grande pontualidade, consideramos que esta é a altura exacta para criar uma linha de crédito a curto prazo.

Mas é preciso pensar que nesta altura, no Continente, já se equaciona a criação de um fundo de compensação - esta é a resposta ao meu colega António Almeida - destinado a compensar os agricultores dos desvios verificados nos custos dos factores de produção. Pensamos que é da mais elementar justiça criar algo que há muito está à disposição dos nossos parceiros nacionais e comunitários e que sempre nos tem sido permitido.

É dever do Governo criar uma linha de crédito que supere as dificuldades atrás apontadas.

Ao elaborar esta linha de crédito, o Governo deverá suportar parte do juro e acordar com as instituições financeiras uma taxa mais favorável, de modo que o custo desta situação seja dividido entre os três intervenientes no processo: agricultores, instituições de crédito e Governo.

Esperamos que esta protecção não vá novamente cair no esquecimento e com tal procedimento agravado com o avolumar das situações previsivelmente negativas, não obrigue à criação mais tarde de um novo saneamento financeiro dessas explorações agrícolas penalizante para todas as entidades envolvidas no processo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Somente para uma última intervenção de âmbito geral.

Eu disse na minha intervenção inicial que uma linha de crédito similar já se aplica há muito tempo no Continente e surgiu numa altura em que as taxas de juro estão em sentido decrescente por força do mercado.

Queria também acrescentar que a proposta em apreciação é de âmbito mais geral do que a que está em vigor no território continental.

Porquanto, na proposta em consideração, nós incluímos a bonificação a linhas de crédito já negociadas e cito, "nomeadamente linhas de crédito no âmbito de protocolos assinados por associações agrícolas que, conjuntamente com instituições de crédito têm vindo a exercer um esforço moralizador neste âmbito". Cito, também as linhas de crédito no âmbito do protocolo entre os jovens agricultores micaelenses e o Banco Comercial dos Açores.

Outras linhas de crédito entre instituições e produtores na área dos lacticínios têm vindo a fazer descer, por via da redução do risco das operações, as taxas de juro praticadas para níveis que são muito próximos daqueles que se praticam nos mercados mais alargados.

Penso que esta bonificação, ao introduzir mais um elemento moralizador, vai prestar um bom serviço e vem em devido tempo, embora pudesse estar em vigor já há mais tempo.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar na generalidade, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, com o entendimento de que a sua designação passa a **sistema de bonificação às linhas de crédito de campanha de curto prazo para a agricultura, pecuária e silvicultura**, conforme a respectiva comissão propôs.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão na especialidade.

Para o artigo 1.º a Comissão faz a seguinte proposta de alteração:

"É objecto do presente diploma o estabelecimento de um sistema de bonificação às linhas de crédito de campanha de curto prazo, destinadas ao desenvolvimento e à melhoria das condições orgânicas e funcionais das actividades agrícola, pecuária e silvícola."

Vamos votar este artigo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como estão.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão sobre o artigo 2.º.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como estão.

Secretário: O artigo 2.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao artigo 3.º.

Para este artigo há uma alteração de redacção, ou seja, em vez de ser "a linha de crédito referida", passa a ser "as linhas de crédito referidas no artigo 1.º beneficiarão de uma bonificação."

Vamos votar o n.º 1 do artigo 3.º com esta alteração sugerida pela Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como estão.

Secretário: O n.º 1 do artigo 3.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o n.º 2 do artigo 3.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como estão.

Secretário: O n.º 2 do artigo 3.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao artigo 4.º.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como estão.

Secretário: O artigo 4.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 5.º. Para este artigo a Comissão propõe uma alteração para o n.º 1 que passo a ler.

"Os termos e as condições de utilização e aplicação das linhas de crédito, serão objecto de decreto regulamentar regional".

Vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como estão.

Secretário: O n.º 1 do artigo 5.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o n.º 2 do mesmo artigo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como estão.

Secretário: O n.º 2 do artigo 5.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos à votação final global da Proposta de Decreto Legislativo Regional .

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na globalidade, por unanimidade.

Presidente: Esta Proposta baixa à Comissão para redacção final.

Para uma declaração e voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trabalhámos na Comissão de Economia e Finanças, conjuntamente com representantes de outros grupos parlamentares, no sentido de chegar a um consenso e melhorar a proposta que nos chegou às mãos.

Pensamos que foi um bom trabalho, deve-se repeti-lo e por isso congratulamo-nos aqui.

Também queríamos dizer e reafirmar que, face às orientações de política económica que temos vindo a defender nesta Assembleia, nomeadamente durante a discussão do plano e orçamento que precedeu, entendemos que é conveniente e adequado, face à situação económica e regional, privilegiar o apoio a todas as actividades e a todos os investimentos que tenham um efeito directo sobre o produto regional. A economia regional bem precisa.

Neste caso estamos a apreciar um apoio a uma actividade específica, ou seja, a actividade agrícola, silvícola e pecuária.

Contrariamente a outras interpretações, nós não consideramos que esta é uma actividade que deve merecer um estatuto especial por si. Pensamos que todas as actividades económicas são dignas e são criadoras de riqueza e de emprego. Este tipo de apoios deve ser alargado, como nalguns casos já é, ao comércio, à construção civil

- e porque não às pescas - no fundo, a todas as actividades económicas geradoras de emprego.

Essa é uma necessidade geral da economia e das empresas que estão na generalidade descapitalizadas.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A bancada Parlamentar do PSD congratula-se também com a aprovação deste diploma e, particularmente congratulo-me pelo facto do Sr. Deputado Fernando Lopes ter reconhecido que se trabalhou bem na Comissão.

Queria apenas dizer, por uma questão de justiça, que os trabalhos da Comissão foram ajudados por informações que tive o cuidado de obter telefonicamente junto o Chefe de Gabinete do Sr. Secretário Regional, a quem peço em nome da Comissão que transmita os nossos agradecimentos. Essas informações foram extremamente úteis e penso que permitiram melhorar muito a redacção deste diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Passamos agora à Proposta de Resolução que aprova a "Conta de Gerência da ALRA de 1994".

Esta aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução sobre "Conta de Gerência da ALRA", foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à Proposta de Resolução sobre a "Elaboração de Relatórios sobre a Prevenção da Sida nos Açores".

Está aberta a discussão sobre esta Proposta de Resolução.

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não viria nada menos a propósito expender nesta hora, longas considerações a propósito deste problema da Sida.

Todos nós o conhecemos. Experiências diferentes, umas mais distantes que outras, algumas mais directas, outras menos, mas todos já tomámos contacto com esse flagelo do nosso tempo que ameaça seriamente o homem na sua integridade física e cria-lhe problemas especiais na assunção cultural deste problema, uma vez que ataca o ser humano numas das áreas em que a luz e a racionalização são mais difíceis de assumir. É uma área claramente resistente a este aspecto de modificar o comportamento nesse domínio.

Feitas estas considerações, gostaria de chamar atenção para três singularidades negativas que caracterizaram a Região, nos anos recentes, nas actividades de combate e prevenção, nomeadamente nas campanhas de Verão que se fizeram por todo o mundo sob a égide da CEE.

Estas três singularidades poderiam resumir-se dizendo que:

Em primeiro lugar, a Região Autónoma dos Açores foi uma das poucas Regiões do mundo europeu, em que as campanhas de Verão 94/95, tiveram uma fraca expressão. Limitaram-se praticamente à campanha de televisão, à volta da qual toda a gente se recordará das divergências vindas a público e de várias polémicas e controvérsias que são referidas no texto da nossa Proposta de Resolução.

Em segundo lugar, essa turbulência especial atingiu directamente, quase como vingança da Sida, os que política ou tecnicamente, estariam encarregados de pôr no terreno e dinamizar as campanhas de combate à prevenção e a debelar a própria doença. Esta segunda singularidade também é referida no texto da nossa Proposta de Resolução.

A terceira singularidade é a mais preocupante, ou seja, os números de casos notificados da Sida em Portugal e nos Açores têm crescido de forma galopante. Esse facto é referido no texto da nossa Proposta, citando-se o que vem referido no Plano Regional de Saúde: "Novos casos de Sida que tem aumentado significativamente nos últimos 5 anos". Estes últimos 5 anos referem-se a 89/93.

Não tenho presente o texto que refere esses números, mas os casos referentes aos Açores em 93, creio que são 15.

Em 95, um médico que desenvolve a sua actividade nessa área, Dr. Alberto Rosa, escrevia num dos nossos jornais o seguinte: "o número de casos de doença notificados na Região, cerca de 70 (93-15, 95-70), reflectirá apenas uma parcela do número real de infectados.

Portugal viu subir a sua posição na revelação dos países com maior número relativo de casos e o mesmo sucedeu aos Açores no contexto das Regiões em território nacional."

Estas três singularidades que referi, o contexto cultural e humano em que essas doenças ocorrem e atacam, suponho que justificam uma especial atenção desta Assembleia para se inteirar da forma como na sua globalidade essa situação tem evoluído nos Açores, quer do lado da doença quer do lado do seu combate.

Também serve para nos inteirarmos dos planos previstos pelo Governo Regional para a campanha do Verão que se aproxima, no sentido de não só tomarmos conhecimento, mas de procurarmos que com essa acção, as perturbações e limitações que ocorreram em anos anteriores, não venham a ter consequências neste ano de 96.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD, irá votar favoravelmente esta Proposta de Resolução, por considerar que a matéria proposta está no âmbito das competências da Comissão da Juventude e Assuntos e Sociais e, nomeadamente, vai habilitar o plenário com os elementos que permitam apreciar os actos do Governo e da Administração Regional.

Contudo, queremos desde já sublinhar que faremos esse acompanhamento no escrupuloso respeito pela separação dos poderes da Assembleia, do Governo e dos Tribunais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

O problema da Sida e as preocupações que temos por esta matéria, são importantes.

Em nosso entender, também é importante que esta Assembleia possa, através de uma das suas comissões especializadas, aprofundar toda esta matéria, saber o que existe e

como existe, e dentro das funções que este órgão principal da autonomia tem em relação à fiscalização do Governo, aprofunde aquilo que se tem passado em relação a toda esta problemática e à aplicação das campanhas de luta contra a sida.

De acordo com aquilo que tem vindo na imprensa regional, foi perseguida uma funcionária regional pelo facto de procurar, com entusiasmo, levar a cabo as suas tarefas no âmbito da campanha da luta contra a Sida.

No ponto dois dos considerandos da proposta do Partido Socialista, diz-se com toda a clareza que "o debate desta controversa situação - estou a citar - acaba de consumar-se com a aplicação de sanções disciplinares à anterior responsável pela Comissão Regional da Luta Contra a Sida, no contexto que esta Assembleia deve-se inteirar em pormenor".

Estamos plenamente de acordo.

Aliás, o Sr. Deputado do Partido Socialista Dionísio de Sousa, cumpriu o que disse, através de um jornal semanário publicado na nossa Região no passado mês de Janeiro, em que dizia que iria trazer esta problemática a esta Casa. Com certeza que ela irá continuar na Comissão e irá voltar a esta Casa com a competência da Comissão em relação a estas matérias.

Penso que esta Assembleia tem que procurar averiguar se houve, como aliás esse mesmo jornal diz, um caso de perseguição pessoal dentro da Secretaria Regional da Saúde à sua funcionária que de acordo com elementos que vieram na comunicação social, foi defendida por ilustres médicos deste país como são o Prof. Machado Caetano, o Prof. Jorge Torgal, a Dra. Teresa Paixão, o Prof. Emílio Imperatori.

Quero regozijar-me pelo facto desta matéria ter sido trazida a este plenário e também pelo facto da Comissão, na especialidade, poder ter o dever de os averiguar e aprofundar.

Esta matéria tem que ser encarada com aquele grau de responsabilização que é nosso dever ter em todas estas matérias.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com certeza que o Partido Social Democrata não está disponível já para discutir as conclusões do relatório e como tal - eu já estive aqui a conversar com o Sr. Deputado

Dionísio de Sousa - propomos uma redacção, a fim de conseguirmos fazer só um parágrafo para não dar a impressão que é necessário dois relatórios.

Penso que estamos de acordo e aproveitei os termos em que está apresentada a proposta de resolução para redigir a Proposta de Redacção que peço aos Srs. Deputados me acompanhem na leitura e acolho também as vossa sugestões. Passo a ler:

"Que a Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, efectue as diligências necessárias ao procedimento cabal de todos os aspectos e circunstâncias relevantes que do ponto de vista dos recursos humanos financeiros, técnicos e organizativos caracterizam na Região em 93, 94 e 95, a actuação de combate e prevenção da Sida, particularmente as campanhas de Verão e ainda o programa para o ano em curso, elaborando relatório a apresentar ao plenário imperetrivelmente na próxima sessão de Junho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Madruga da Costa*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para um ligeiro esclarecimento sobre a intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão.

Desde já, o Governo fica claramente aberto - como é sua obrigação, não faz nenhuma benesse - para colaborar com a Comissão, no sentido de poder travar na nossa Região uma batalha comum contra um flagelo que existe e ao qual não podemos voltar as costas.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado, eu gostaria de assegurar que não há perseguições a pessoas na administração pública.

Há processos de inquérito que se instauram, há processos de averiguações que têm os seus trâmites normais e, como qualquer outra situação na administração pública, há uma entidade que é inqueridora e averiguante que extrai conclusões e são essas conclusões que quem tem que decidir decide.

Os casos não se fecham. Qualquer funcionário pode recorrer de qualquer decisão para instâncias diferentes e superiores, onde será feita justiça ou será confirmada a matéria dos autos.

Penso que nós, numa Casa como esta, não deveremos embarcar na linguagem fácil de uma qualquer notícia ou informação, no sentido de colocarmos esta situação de haver perseguições de qualquer natureza onde quer que elas sejam.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Talvez o Sr. Presidente do Governo Regional não terá percebido e tem, como afirmação minha, uma referência e uma citação que fiz a um órgão de comunicação social.

Apenas li aquilo que é dito nesse órgão e repito que o que ele diz é um caso de perseguição pessoal dentro da Secretaria da Saúde e Segurança Social.

Eu não firmei. Apenas, referi-me ao órgão de comunicação social e não conheço, depois da publicação dele a 19 de Janeiro, qual a resposta dada pelo Governo de V. Exa..

De qualquer maneira, penso que esta matéria tem que ser averiguada, revista e analisada e espero bem que seja.

Queria acreditar - e acredito - nas afirmações que V. Exa. aqui profere.

O facto de eu acreditar nelas, não impede que, efectivamente, esta matéria não possa ser aprofundada.

Por outro lado, permita-me que lhe diga - falo com conhecimento de causa, porque sou funcionário público - que dentro da função pública, é possível qualquer funcionário recorrer, reclamar e, inclusivamente socorrer-se dos diversos tribunais. No entanto, há possibilidades também da função pública, muitas vezes, exercer acções e perseguições sobre os funcionários, e embora esses funcionários estejam legalmente em condições de poderem fazer todas essas coisas, na prática não conseguem.

Vou contar um caso concreto que não sei se já aconteceu, mas que teoricamente pode acontecer.

Imaginemos que existe um funcionário público da Região Autónoma da Madeira em comissão de serviço nesta Região, por exemplo. Esse funcionário que está em

Comissão de serviço cá, se a partir de determinada altura, por motivos pessoais ou por motivos que nada têm a ver com a sua competência passa ao desagrado do chefe, pode pura e simplesmente não lhe ser renovada a Comissão de serviço. Se isso acontecer, na prática, esse funcionário deixa de trabalhar onde estava e é devolvido à procedência.

São coisas que teoricamente podem acontecer - não sei se aconteceram nalgum caso ou não.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não me vou referir a esta situação que aqui foi mencionada, mas sim à proposta de alteração sugerida pelo Sr. Deputado Rui Melo.

Realmente, há aí duas alíneas apenas para marcar dois tempos diferentes dessa análise, uma em relação ao passado 93, 94 e 95, outra em relação ao estudo próximo em 96 e era apenas por essa razão que se fazia a diferença, mas pensou-se apenas num relatório.

Como isso fica mais claro na redacção que apresentou, nós subscrevemo-la e vamos votá-la favoravelmente.

Presidente: Vou pôr à votação a Proposta de Resolução com este entendimento.

A redacção final será apurada em sede de Comissão, a qual já foi lida pelo Sr. Deputado Rui Melo e merece a concordância do Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Os. Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução sobre a Sida foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos que se refere à Proposta de Resolução sobre "Participação de um representante da Assembleia Legislativa no grupo de trabalho de preparação da Lei de Finanças Regionais".

Sobre esta proposta, informo os Srs. Deputados que foi retirada uma outra proposta anterior que tinha sido apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Sendo assim, passa a vigorar uma que é subscrita pelos Srs. Deputados dos Grupos Parlamentares aqui presentes.

Está à discussão esta Proposta de Resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, queria marcar uma posição clara em relação a esse problema que está ligado com o problema geral das relações entre instituições regionais e instituições nacionais.

Sabemos que durante muito tempo esta foi também uma área relativamente nebulosa em que havia excepcionais dificuldades de presença ou de simples acesso a quaisquer actividades de entidades políticas regionais, ou de representantes desta Assembleia junto de outras entidades da República.

Poderiam ser citados numerosos exemplos a esse respeito.

Alguns lembrar-se-ão de uma comissão eventual que tentou desenvolver alguma actividade nessa área sobre determinados problemas em concreto, das dificuldades que houve e da rejeição que houve da presença de deputados da maioria nessa Comissão.

Também lembramo-nos de recentes afirmações feitas por representantes do PSD que neste momento têm responsabilidades na República, lançando um alerta que nos parece perfeitamente despropositado em relação ao clima de aceitação que agora estavam a ter na Assembleia da República, as propostas que tinham lá "dormido" durante anos e anos nas gavetas da mesma Assembleia, desde os estatutos até às propostas que lá estavam esquecidas.

Essa pessoa lançava um grito de alarme: "Cuidado, não venha aí um presidente envenenado que diminua a autonomia das entidades políticas regionais se passarem a prescindir por exemplo, do seu poder legislativo e vendo facilidades na Assembleia da República, passem a transferir essas competências para a mesma."

Suponho que este é efectivamente um daqueles gritos "aí vem o lobo". Só acreditam no lobo que não existe e só acredita quem grita pelo lobo que não exige para não ser ouvido quando o lobo exigir.

Nesta área não há que haver complexos de fundamentalismos autonomistas.

Há que estabelecer um novo clima de cooperação nessas actividades. Esta que está em discussão é um exemplo e na nossa opinião há que aproveitar com pleno direito, de corpo inteiro, esta oportunidade.

A primeira que nos surge é, precisamente a integração nesse grupo de trabalho e não perceberíamos mesmo e dificilmente seria perceptível, se um órgão político como o Governo estivesse representado e um órgão político como a Assembleia não estivesse, havendo a oportunidade de conseguir exercer essa representação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Em relação à presença de um representante desta Assembleia num grupo de trabalho para a preparação da Lei das Finanças Regionais, no primeiro dia da ordem de trabalhos, tivemos oportunidade, aquando da discussão de um voto, de afirmar a posição do Partido Comunista Português em relação à necessidade que havia de efectivamente esta Assembleia, órgão principal da nossa autonomia política e administrativa, poder participar nos trabalhos preparatórios para a elaboração da Lei de Finanças Regionais.

Em boa hora, os diversos partidos aqui representados, entenderam poder propôr à consideração da Câmara a indicação do Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Plano, ou em sua substituição o seu relator.

Pensamos que é importante a representação da Assembleia neste grupo de trabalho e na nossa opinião, pode-se estar a abrir um trabalho e uma participação importante da Assembleia Regional, em relação ao diálogo institucional por um lado, e por outro lado e neste caso concreto, em relação a uma matéria da mais alta instância para a nossa Região e para o possível e desejável bom relacionamento entre a Região e o Estado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para uma breve intervenção.

Naturalmente que o Partido Social Democrata, subscrevendo esta Proposta de Resolução, está de acordo com o seu conteúdo, não sem que tivesse tido algumas dúvidas, em relação à participação desta Assembleia.

Não vou alongar-me sobre as dúvidas, até porque sendo elas formais e tendo o Grupo Parlamentar do PSD subscrito essa Proposta de Resolução, entendemos que um

problema formal não pode ser ultrapassado, quando contra ele se apresenta uma verdadeira obstrução jurídica, o que não é o caso.

Quisemos por isso mesmo, dar um sentido político de colaboração neste grupo de trabalho que se irá debruçar sobre tão importante matéria como é a da Lei das Finanças Regionais.

A participação do Governo, embora seja um órgão político, será necessariamente diferente e essa é uma das consequências formais que gostava de sublinhar.

Vejo, pelo menos na nossa perspectiva, que o Governo tem um espaço de iniciativa diferente daquele que terá, certamente, o representante nesta Comissão, uma vez que o representante da Assembleia terá sobretudo, e antes de mais, a preocupação de ir acompanhando e informando esta Assembleia do decorrer dos trabalhos.

Tudo se ultrapassa. Desde logo, as dúvidas iniciais que se levantaram porque a Assembleia não vai perder o direito que tem de se pronunciar sobre esta importante matéria e é nesta altura que a verdadeira participação e opinião política da Assembleia se vai manifestar.

Entretanto, uma oportunidade de ir tomando algumas posições, de informando esta Casa e de participar acompanhando o trabalho que vai ser desenvolvido, pareceu-me ser a opção mais correcta, até porque também tenho a informação de que a própria Assembleia Legislativa Regional da Madeira também o fará. Por isso, não faria sentido que o fizéssemos e daí termos subscrito esta Proposta de Resolução, embora sejamos autónomos em relação ao Estado e também em relação à Madeira.

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação a Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução sobre "Participação de um representante da ALRA no grupo de trabalho de preparação da Lei de Finanças Regionais", foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto 12 da ordem de trabalhos referente à "Eleição de um representante da Região no conselho de opinião da RDP":

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata fez chegar à Mesa uma proposta indicando o cidadão José Pacheco de Almeida.

Nos termos do nosso Regimento vou pôr à votação esta candidatura.

Os boletins de voto estão sendo distribuídos pelos Srs. Deputados.

O que ficou combinado na conferência foi a eleição de um órgão.

Nos termos do nosso Regimento, os Grupos Parlamentares podem indicar à Mesa uma pessoa.

O Grupo Parlamentar do PSD apresentou um cidadão e eu já fiz distribuir aos Srs. Presidentes do Grupos Parlamentares e à Representação Parlamentar do Partido Comunista Português a indicação do Sr. José Pacheco de Almeida para o Conselho de Opinião da Rádio Difusão.

Vamos proceder à votação.

(Pausa)

Srs. Deputados vamos proceder à chamada para a votação.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PSD** - Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Almeida, Artur Martins, Aurélio da Fonseca, Carlos Morais, Eugénio Leal, Gaspar da Rosa, Gastão Barbosa Pacheco, Homem de Gouveia, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Gonçalo Botelho, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Gil Ávila, Manuel Brasil, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Luís, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - António Gomes, António Silva Melo, Carlos César, Dionísio Sousa, Duarte Pires, Fernando Fonte, Fernando Lopes, Fernando Menezes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Manuel Serpa, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rui Pedro Ávila; **PCP** - Paulo Valadão; **Dep. Indep.** - Manuel António Martins).*

Presidente: Peço por favor aos grupos parlamentares para indicarem um Sr. Deputado para acompanhar o escrutínio.

(Pausa)

Srs. Deputados, agradeçia que tomassem os vossos lugares.

Foi leito o cidadão Sr. José Pacheco de Almeida para o Conselho de Opinião da Rádio Difusão com 25 votos a favor, 18 votos contra e 1 voto de abstenção.

Antes de terminarmos os nossos trabalhos, queria propôr à Assembleia a seguinte Proposta de Resolução:

"A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Fevereiro."

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, damos por findos os nossos trabalhos.

Muito obrigado e uma boa viagem de regresso às vossas casas.

Eram 20.00 horas

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - Eugénio Leal, José Maria Bairos, Manuel Gil Ávila, Victor Evaristo; PS - António Silva Melo, Carlos César, Fernando Menezes, Francisco Oliveira, José Humberto Chaves, Martins Goulart, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros).

(Deputados que faltaram à Sessão: PS - Mário Machado; PP - Alvarino Pinheiro).

DOCUMENTOS ENTRADOS NA SESSÃO

Proposta de Resolução

Participação de um representante da ALRA no Grupo de Trabalho de preparação da Lei de Finanças Regionais

1- O despacho n.º 16/96-XIII, de 16 de Janeiro do corrente ano, do Senhor Ministro das Finanças que criou dois grupos de trabalho, com vista ao estudo da problemática das relações financeiras entre o Estado e as Regiões, no seu ponto 4, dispõe o seguinte:

"Cada grupo de trabalho será integrado por um ou mais representantes do Ministério das Finanças, um representante do Gabinete do Ministro da República da respectiva Região e do Governo Regional, ainda por um representante da Assembleia Legislativa Regional respectiva, se esta houver por bem designá-lo".

2 - Esta disposição que submete ao próprio critério das Assembleias Legislativas Regionais, como se impunha, a decisão de integrar representantes seus nos grupos de trabalho de preparação da Lei das Finanças Regionais, exige a esta Assembleia, que tome deliberação imediata sobre esta matéria, até pela celeridade que se pretende imprimir aos trabalhos daqueles grupos.

3 - Atendendo que esta Assembleia considera que deve acompanhar desde o início, os trabalhos preparatórios de um diploma sobre o qual posteriormente terá de pronunciar-se, nos termos do artigo 231.º n.º 2 da CRP, propõe nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a seguinte resolução:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores resolve participar, de pleno direito e desde o seu início, no grupo de trabalho que, no âmbito do Ministério das Finanças, foi constituído para preparar o relatório sobre a futura Lei de Finanças Regionais, indicando como seu representante o Presidente da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Plano e, na sua falta ou impedimento o respectivo Relator.

Horta, Sala das Sessões, 9 de Fevereiro de 1996

Os Deputados Regionais, Victor do Couto Cruz, Fernando Menezes, Paulo Valadão.

A Redactora de 2.ª Classe: *Ana Paula Garcia de Lemos Nazaré*